

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Kênia Lima Dias

PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE: entrave ou oportunidade para o município de
Marliéria?

Governador Valadares

10/2018

KÊNIA LIMA DIAS

PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE: entrave ou oportunidade para o município de Marliéria?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do território da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Bernardes Faria Campos.

Coorientador: Prof. Dr. Mauro Augusto Santos.

Governador Valadares

Outubro 2018

Ficha Catalográfica - Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)

333.715
D541p

Dias, Kênia Lima.

Parque estadual do Rio Doce: entrave ou oportunidade para o município de Marliéria? [manuscrito] / Kênia Lima Dias. – 2018. 110 f. : il. color. ; 29,5 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território – GIT, 2018.

Orientador : Prof. Dra. Renata Bernardes Faria Campos.

Coorientador : Prof. Dr. Mauro Augusto Santos.

1. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais.
2. Campos, Renata Bernardes Faria. 3. Santos, Mauro Augusto. I. Título.



Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

KÊNIA LIMA DIAS


Matrícula Nº 63.815

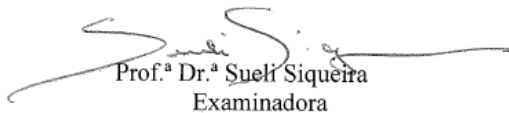
Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezoito (29/10/2018), às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala 03, bloco PVA, da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada **“PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE: entrave ou oportunidade para o município de Marliéria?”**. Linha de Pesquisa: Território, Sociedade e Saúde, elaborada pela aluna Kênia Lima Dias. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras: Dr.^a Renata Bernardes Faria Campos (orientadora) – UNIVALE, Dr. Mauro Augusto dos Santos (coorientador) – UNIVALE, Dr.^a Sueli Siqueira – UNIVALE e o Dr. Gustavo Soares Iorio – Universidade Federal de Viçosa/UFV. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof.^a Dr.^a Renata Bernardes Faria Campos, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra à mestrand Kênia Lima Dias para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestrand e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação APROVADA condicionalmente. Portanto, a mestrand tem 90 (noventa dias) para apresentar o aprofundamento da discussão teórica e uma articulação entre os objetivos e o percurso metodológico, justificando teoricamente as questões do questionário.

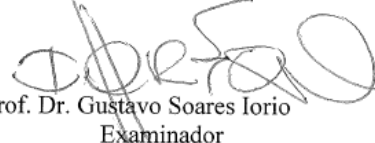
Em seguida, o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata, que será assinada por todos os membros da Comissão Examinadora.

Governador Valadares, 29 de outubro de 2018.


Prof.ª Dr.ª Renata Bernardes Faria Campos
Orientadora


Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Coorientador


Prof.ª Dr.ª Sueli Siqueira
Examinadora


Prof. Dr. Gustavo Soares Iorio
Examinador



UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

KÊNIA LIMA DIAS

“ PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE: entrave ou oportunidade para o município de Marliéria? ”

Dissertação aprovada em 29 de outubro de 2018,
pela banca examinadora com a seguinte
composição:

Prof.^a Dr.^a Renata Bernardes Faria Campos
Orientadora - Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Coorientador - Universidade Vale do Rio Doce

Prof.^a Dr.^a Sueli Siqueira
Examinadora - Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Gustavo Soares Iorio
Examinador - Universidade Federal de Viçosa

AGRADECIMENTOS

À Deus por essa oportunidade de crescimento pessoal e profissional, por ter guiado meus passos nessa caminhada.

Aos meus queridos pais, Vanilda e Gilmar, pelo encorajamento incondicional em todos os momentos da minha vida. Obrigada por viverem comigo cada etapa desse sonho! O amor e cuidado de vocês são a minha maior fonte de energia.

Ao meu esposo Erick, pelo apoio e otimismo sempre, por me acalmar nos momentos de desespero (que foram muitos).

À professora Renata, minha orientadora, agradeço pelos ensinamentos teóricos e práticos, que me capacitaram academicamente e profissionalmente, e pelo acolhimento e positivamente desde o primeiro dia de orientação.

Ao professor Mauro, meu coorientador, por acreditar na proposta de pesquisa e abraçar esse projeto com tanto entusiasmo e determinação.

As minhas amigas Kycilla Rodrigues e Wécely Cristina, a Elisa de Oliveira, a Nájela Moreira e Marcel Alves e aos bolsistas Raphael e Enzo, por abdicarem tempo de suas rotinas para contribuir com o trabalho de campo.

Aos professores do Programa de Mestrado em Gestão Integrado do Território, pelos ensinamentos durante esses dois anos. Especialmente à professora Maria Celeste, que confiou no meu potencial, e me presenteou com suas contribuições na minha qualificação. Também ao professor Thiago Martins, a quem agradeço por todas as considerações na qualificação, que muito enriqueceram meu trabalho.

Aos funcionários do Programa de Mestrado em Gestão Integrado do Território pela colaboração rotineira, aos colegas de curso pela parceria e amizade e aos meus colegas de trabalho, especialmente o Vinícius, a Kamylla e a Dora do Parque Estadual do Rio Doce, pela presteza e receptividade.

RESUMO

O presente trabalho buscou entrelaçar os temas desenvolvimento, qualidade de vida e ICMS Ecológico, contemplando aspectos territoriais em uma visão interdisciplinar. Particularmente objetivou-se identificar a opinião dos moradores de Marliéria, acerca das oportunidades e entraves gerados pela existência do Parque Estadual do Rio Doce no município. Para isso, foi realizado um survey, por meio da aplicação de 290 questionários respondidos por moradores da zona urbana e rural de Marliéria. Os dados levantados foram codificados e tabulados, e submetidos a análises descritivas, considerando os percentuais dos dados quantitativos. Os resultados indicaram que a população identifica o Parque Estadual do Rio Doce como uma oportunidade para o desenvolvimento e contribuinte na qualidade na vida, com destaque para os benefícios econômicos e financeiros, como a geração de empregos e o ICMS Ecológico – tributo esse de grande importância para o município, segundo os entrevistados. Contudo, os entraves existem e são pontuais quanto à restrição de ocupação do solo com indústrias e comércio especialmente, o que propicia uma vulnerabilidade da Unidade de Conservação.

Palavras-chave: Desenvolvimento. ICMS Ecológico. Parque Estadual do Rio Doce. Qualidade de Vida. Território.

ABSTRACT

The present work sought to interweave the themes development, quality of life and Ecological ICMS, contemplating territorial aspects in an interdisciplinary vision. Particularly, it was aimed to identify the opinion of the residents of Marliéria about the opportunities and obstacles generated by the existence of the Rio Doce State Park in the municipality. For that, a survey was carried out, through the application of 290 questionnaires answered by residents of the urban and rural area of Marliéria. The data collected were coded and tabulated, and subjected to descriptive analysis, considering the percentages of the quantitative data. The results indicated that the population identifies the Rio Doce State Park as an opportunity for development and a contributor to the quality of life, with special emphasis on economic and financial benefits, such as the generation of jobs and the Ecological ICMS - a tribute of great importance for the municipality, according to the interviewees. However, the obstacles exist and are specific to the restriction of land occupation with industries and commerce especially, which provides a vulnerability of the Conservation Unit.

Key Words: Development. Ecological ICMS. State Park Rio Doce. Quality of live. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01. Critérios de distribuição do ICMS.....pg. 48

Quadro 02. Fator de Conservação para as categorias de manejo de Unidades de Conservação.
.....pg. 49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 01. Marliéria - Evolução da população e taxas de crescimento médio anual.....	pg.32
Tabela 02: Renda, Pobreza e Desigualdade.....	pg.33
Tabela 03: Comparativo do PIB per Capita – Marliéria e Brasil – 2010 a 2015.....	pg.35
Tabela 04: ICMS Ecológico recebido por Marliéria	pg.51
Tabela 05: Distribuição percentual dos entrevistados por sexo e grupos etários.....	pg.54
Tabela 06: Distribuição percentual dos entrevistados por sexo e nível de escolaridade.....	pg.56
Tabela 07: Renda domiciliar por regiões específicas do município de Marliéria.....	pg.57

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Imagens da capela de Nossa Senhora das Dores.....	pg. 29
Figura 02: Croqui de localização do Parque Estadual do Rio Doce.....	pg.30
Figura 03: Mapa dos municípios de Marliéria com todas suas comunidades.....	pg.31
Figura 04: Classe de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar – Per Capita.....	pg.33
Figura 05: Classe de Rendimento Nominal Mensal – Pessoas acima de 10 anos.....	pg.34
Figura 06: Centro de Treinamento do PERD.....	pg.42
Figura 07: Público Visitante nos últimos 4 anos do PERD.....	pg.43
Figura 08: Imagem do sistema lacustre do PERD.....	pg.44
Figura 09: Distribuição Percentual dos entrevistados por Estado Civil.....	pg.55
Figura 10: Elementos que garantem qualidade de vida aos moradores de uma cidade	pg.59
Figura 11: Problemas gerados pelo PERD.....	pg. 59
Figura 12: Benefícios gerados pelo PERD em Marliéria.....	pg. 60
Figura 13: Opinião dos moradores de Marliéria sobre a importância do ICMS Ecológico.....	pg.61
Figura 14: Motivos pelos quais o PERD contribui para o desenvolvimento de Marliéria..	pg.61
Figura 15: Coisas que faltam em Marliéria para ser uma cidade desenvolvida.....	pg.64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APE	Área de Proteção Especial
CF	Constituição Federal
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PERD	Parque Estadual do Rio Doce
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
VAF	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO	14
3. A CIDADE E O PARQUE: ATRIBUTOS, RESTRIÇÕES E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	29
3.1 MARLIÉRIA E SUA POPULAÇÃO	29
3.2 O PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE E O ICMS ECOLÓGICO	37
4. ESTUDO SOBRE A OPINIÃO DOS MORADORES DE MARLIÉRIA ACERCA DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO	52
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	54
4.3 RESULTADOS ALCANÇADOS	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
ANEXOS.....	76
APÊNDICES	89

1. INTRODUÇÃO

A ideologia do desenvolvimento surgiu especialmente após a Segunda Guerra Mundial, e desde então, consolidou-se como objetivo basilar dos Estados na gestão dos seus territórios. Empregado, em muitos casos, como sinônimo de industrialização, os conceitos de desenvolvimento emergem a partir de distintas concepções em torno dos aspectos que contemplam essa temática. (OLIVEIRA, 2002).

Uma característica marcante nos discursos está na relevância que se atribui ao crescimento econômico como fator determinante para o desenvolvimento, seja na avaliação do desenvolvimento dos lugares (municípios, estados, países), quanto no desenvolvimento das pessoas, como no caso do desenvolvimento humano. Os modos de uso e ocupação do solo surgido da Era Industrial e mantido na sociedade até os dias atuais; reforçam a importância e o interesse pelo crescimento econômico, apresentando como trunfos para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e como alavanca para a evolução de índices significantes nessa dinâmica, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita. (OLIVEIRA, 2002).

Ainda que exista todo um amparo legislativo, na forma de - leis, portarias, decretos, instruções normativas - no executivo, constituído pelos - órgãos ambientais atuantes na esfera municipal, estadual e nacional e judiciário - tutela do meio ambiente, nas esferas administrativas, civil e penal-, a visão do meio ambiente como uma oportunidade de desenvolvimento não é garantida. Pelo contrário, tendenciosamente o meio ambiente é identificado como um entrave ao desenvolvimento, e a degradação ambiental é repetida vezes aceita e acolhida em prol do desenvolvimento econômico. Situação essa que corresponde à ordem econômica mundial, onde o meio ambiente deve ser preservado sem atrapalhar o desenvolvimento.

As Unidades de Conservação são alvo dessa discussão de desenvolvimento, sobretudo pela restrição do uso e ocupação do solo e não exploração dos recursos naturais, existente em suas áreas. A valorização econômica das Unidades de Conservação não tem o mesmo peso no discurso do desenvolvimento sustentável, que também é utilizado para atores econômicos para legitimar ações contra o meio ambiente.

Na abordagem empregada nesse trabalho, o desenvolvimento tem como pressuposto o bem estar social, que visa a qualidade de vida da população, e tem como referência as políticas públicas de saúde, educação, ambiental, seguridade social e muitas outras. (MOTA,

2001), portanto deve-se considerar diversas vertentes – ambiental, social, econômica e cultural para a análise do desenvolvimento de um município. A presente pesquisa busca identificar a opinião dos moradores de Marliéria, acerca das oportunidades e entraves gerados pela existência do Parque Estadual do Rio Doce no município.

O estudo foi dividido em quatro capítulos, a apresentação do trabalho nesta introdução, o referencial teórico que trata de abordagens de território e desenvolvimento e sua inter-relação, no capítulo três foram caracterizados a cidade de Marliéria e Parque Estadual do Rio Doce, seus atributos, restrições e compensação ambiental. Por fim, a metodologia, resultados da pesquisa de campo e considerações finais.

2. TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

A discussão de desenvolvimento é ampla e complexa, graças às distintas abordagens atribuídas a esse fenômeno, como apresentado por Oliveira (2002) e Daly (2004). A amplitude do tema relaciona-se as dimensões territoriais propostas por autores, como: Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Escobar (2005) e entre outros.

Iniciaremos a discussão com a proposta política para a formação territorial de Friedrich Ratzel (1982), onde o Estado e o território têm limites maleáveis, e esse Estado exerce todo o poder sobre o solo, por isso o território aparece, ora como sinônimo de ambiente e solo, ora como Estado-Nação. Para o autor, o Estado está vinculado à existência de um solo, e o território se forma a partir dos laços com a terra que o homem adquire na sociedade que está inserido. A ligação das pessoas com a terra é maior que o próprio Estado, pois a sociedade permanece naquele solo, mesmo quando a força estatal morre.

Nessa concepção, o Estado é representado pela própria sociedade organizada para construir, defender ou expandir seu território. “As relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase do seu desenvolvimento que se considere” (RATZEL, 1982, p. 98). Se uma sociedade se une estritamente ao solo, seja por habitação, alimentação, família ou por outros fatores, ela transforma-se no Estado, há uma dimensão política na relação do homem com a natureza que se materializa na ação do Estado.

Em outra dimensão política do território, tem-se a proposta de Raffestin (1993) que considera o território a partir do poder político das relações. Para o autor, a dimensão política está condicionada as ações, de todos os agentes.

As relações políticas evidenciam tanto as ações do Estado, e o seu poder na instituição de políticas públicas, delimitação e normatização do território, quanto às ações dos atores locais na construção desse espaço social, administrando diferenças e conflitos de interesses. Elas partem de uma análise relacional que ultrapassa a supremacia do concebido (pelo Estado) e considera as questões do vivido, que seria as relações marcadas pelo poder entre os indivíduos, grupos de indivíduos e as instituições.

A população é um componente fundamental para existência e delimitação de um território. A partir das relações estabelecidas entre as pessoas e o meio físico, pode-se compreender a construção dos territórios e a manutenção desses. Podemos classificar a população como produto e processo na dinâmica espacial. “A população é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante” (RAFFESTIN, 1993, p. 67).

Nesta perspectiva, desenvolvimento pode ser entendido como bem estar social referindo-se a essas políticas do Estado - como as práticas de saúde, educação, assistência e seguridade social - baseadas na concepção de solidariedade, que surgiram na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial (MOTA, 2001). A regulação social mediante o controle da economia, também demonstra o poder do Estado na promoção do desenvolvimento econômico.

Para Ratzel, segundo Raffestin (1993), tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele. Essa *geografia unidimensional* evoluiu em consideração a percepção de outros autores, como Raffestin. Este apresenta o território com uma ênfase político-administrativa, onde múltiplos poderes se manifestam nas estratégias regionais ou locais. O poder está presente em todas as relações existentes no território. Segundo Raffestin (1993), há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a entropia que ameaça a desordem.

Raffestin (1993) apresenta o recenseamento como um instrumento de informação de domínio de um grupo. A partir desse controle, o Estado cria estratégias de administração dos territórios, de acordo com seus interesses. “O recenseamento é um saber, portanto um poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 67). Conhecer a população de um território permite medir a voz de um povo, o nível de resistência às políticas que podem ser implementadas.

Para que o Estado atinja seus objetivos na organização territorial, ele precisa considerar as necessidades da população e as relações específicas com o meio. Conseguir um perfil homogêneo da população caracteriza uma oportunidade na organização territorial - por implicar em menos conflitos de interesses - pois a heterogeneidade pode ser vista como um entrave quando se pretende planificar uma estratégia local.

A relação que se estabelece entre as organizações situadas em níveis diferentes e a população deixa transparecer estratégias e conflitos que são indicações úteis sobre a coerência e a integração das organizações envolvidas (RAFFESTIN, 1993, p. 74).

Numa perspectiva mais ampla, Haesbaert (2004) considera o território, simultaneamente e obrigatoriamente - em diferentes combinações - funcional e simbólico, “pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Assim, além da dimensão política, o território é definido pelas relações socioeconômicas e as funcionalidades que os recursos advindos dele proporcionam a sociedade.

“O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para nosso repouso”), seja como fonte de “recursos naturais” - “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s), (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Nessa discussão, o termo desenvolvimento surge associado a um trunfo nos discursos de progresso e promoção pessoal e social. E nessa ideologia de desenvolvimento, a exploração dos recursos disponíveis no território é necessária para o cumprimento de tal finalidade (MOTA, 2001).

Seguindo o paradigma apresentado pelo autor Haesbaert, Escobar (2005) afirma que por parte da antropologia, da geografia, das comunicações e dos estudos culturais, o âmbito territorial tem sido essencial para o desenvolvimento, isto é, uma curva exponencial, ressaltando que as novas metáforas em termos de mobilidade (exemplificando: a desterritorialização, as mudanças, a diáspora, a migração, as viagens e entre outros) têm instigado o homem a ser mais consciente, levando a dinâmica principal da cultura e do desenvolvimento a serem alteradas significativamente por processos globais.

Escobar (2005) descreve também que durante anos, o território foi abordado sob diversos pontos de vista, tendo como entendimento básico o âmbito de ser e conhecer, podendo seu destino estar relacionado à globalização econômica e à medida que continua sendo uma contribuição ou um impedimento no quesito cultural. Portanto, deve-se tratar com extrema relevância a intersecção do território e do desenvolvimento, sendo que em muitas situações “desenvolver” significa para algumas pessoas um rompimento do lugar culturalmente erudito. Assim como Escobar, Porto-Gonçalves (2004) discute sobre o quanto à globalização - frente aos lugares, onde o homem está ligado ao mundo por meio das imagens locais, ponderando assim, as atribuições que a técnica aliada aos interesses políticos - provoca, principalmente, o rompimento de fronteiras territoriais e culturais, objetivando maior homogeneização de culturas predominantes.

Segundo Escobar (2005) redes como as indígenas, ambientais, ONGs e outros movimentos sociais, vêm se proliferando, de forma a adquirir maior influência cultural nos níveis locais. O autor afirma que tais redes podem promover uma política cultural em defesa do lugar, da natureza e do desenvolvimento, simultaneamente. Desse ponto de vista, percebe-se que essas redes podem propiciar reorganizações visíveis do lugar de forma crescente, reconquistando o espaço partindo do próprio lugar em que operam, dado que a constituição de

um modo de vida peculiar é distinto daquele que se evidencia no mundo moderno (Silva et al. 2016).

Porto-Gonçalves (2004), por sua vez, conceitua o desenvolvimento com uma vertente tanto longínqua quanto interligada ao ambiente. “Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria.” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 24).

O desenvolvimento está historicamente marcado pela exploração dos recursos naturais, ou das matérias naturais, como já fora ressaltado por Raffestin (1993). Esses recursos, produtos de uma relação, que se constitui pela intenção de um ator, sua técnica e da matéria, tornaram-se ao longo do tempo, instrumentos de poder e causa de conflitos socioambientais.

Nesta perspectiva, a matéria é um dos elementos para se alcançar o recurso, não ele em si. Pode-se destacar a relevância de cada um desses elementos: o ator (o homem), a técnica (os modos de trabalho/produção) e as matérias. A disputa pela matéria está diretamente relacionada à utilidade que ela tem para o homem, o que se pode construir a partir da apropriação e prática dessa matéria.

Em algumas propostas difundidas para o desenvolvimento, as técnicas aplicadas para a exploração das matérias naturais não preveem a reposição dessas para o futuro, preocupando-se somente com o recurso gerado e utilizado no momento. É o que Raffestin (1993) chama de tecnicidade dissimétrica, caracterizada por relações que destroem o meio material. “Mas quase sempre, senão sempre, essa relação de produção só é dissimétrica, porque é sustentada por uma relação de propriedade, por si mesma dissimétrica” (RAFFESTIN, 1993, p. 230).

A posse e/ou o acesso dos homens sobre a matéria, associado à técnica aplicada por esse grupo, os torna poderosos em relação ao recurso produzido, especialmente se esse recurso for de grande interesse social.

A técnica empregada evidencia a territorialidade existente ou àquela aplicada em determinado espaço e tempo. “A tecnicidade em relação à matéria, é o apêndice da territorialidade, é até mesmo um subconjunto da territorialidade” (RAFFESTIN, 1993, p. 227).

Outra questão que deve ser levantada nessa discussão é a relação da matéria com o espaço e com o tempo na análise do recurso como um instrumento político. A relação da matéria com o espaço e com o tempo está interligada ao acesso ou a impossibilidade dele no território ao longo do tempo. Nesse sentido, dizer que a construção de um território está

condicionada as formas de controle do espaço, e conseqüentemente das matérias existentes nele, é dizer que o desenvolvimento de um território pode apresentar-se de diferentes formas, dependendo de quem detêm esse poder de controle. Conforme descrito por Raffestin, a decisão de explorar ou não se prende a um contexto de redes econômicas e políticas, com destaque para a segunda, pois “toda a relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio de um meio de produção”, principalmente quando a matéria é um produto coletivo, como no caso dos recursos naturais (RAFFESTIN, 1993, p. 225)

O solo, para Raffestin (1993) estaria no cerne de muitos confrontos, tanto entre os países desenvolvidos, quanto nos países em via de desenvolvimento. De fato, é o que acontece. Os conflitos em torno de uso e ocupação do solo tem natureza política, econômica, social e ambiental, por interessar a coletividade de distintas formas. O solo cultivável é o primeiro recurso renovável a ser preservado, e depende é claro, da relação de produção com a terra. O solo é uma das matérias utilizadas para a produção de recursos, as técnicas aplicadas podem ser sustentáveis ou não, dependendo das atividades finalísticas do território.

Entende-se que a discussão dos recursos, especialmente do solo, está intimamente ligada às discussões de desenvolvimento. A utilização do solo para fins sociais, que se propaga nos discursos de desenvolvimento, especialmente quando se tem como anseio espaços para a industrialização, confronta-se com outros fins sociais, conciliando com a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Surgem então, os conflitos socioambientais, que envolvem o uso e a ocupação dos solos, especialmente àqueles que estão inseridos em espaços especialmente protegidos. Segundo Custódio (2011) é possível, através de abordagens críticas das ciências sociais e humanas, desmistificar as ideologias envolvendo questões da natureza.

Entretanto, para Porto-Gonçalves (2004) “não existe relação com a natureza a não ser por meio de um conjunto de significações socialmente instituído e, portanto possível de ser reinventado num processo aberto, complexo, contraditório e indefinido sempre em condições históricas e geograficamente determinadas”. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 44).

Silva et al. (2016) afirma que durante as últimas décadas, a gestão dos recursos naturais tem sido a principal pauta em conferências sobre desenvolvimento. De forma geral, para alguns autores, tais debates são recorrentes e relevantes por conta da representatividade ambiental em relação às oportunidades de se desenvolver.

Para compreender essa questão, é importante ressaltar os comportamentos em relação à mobilização de recursos e como se apresentam nas propostas de desenvolvimento. Raffestin

(1993) agrupa esses comportamentos em três categorias, a saber: “exploracionismo”, “preservacionismo” e “conservadorismo”.

Os exploracionistas têm interesse em produzir sempre o máximo possível, sem a preocupação com a cessação dos recursos. “Enquanto os sinais do mercado forem favoráveis à exploração num lugar e num momento dados, a exploração prossegue” (RAFFESTIN, 1993, p. 234).

Essa atitude característica das fases de crescimento, tais como a Europa industrializada conheceu desde o século XIX, conduz a estratégias políticas brutais, ou seja, quando a exploração doméstica não é suficiente para cobrir o consumo, volta-se para o exterior, com o fim de completa-la (RAFFESTIN, 1993, p. 235).

Assim mantêm-se essa lógica econômica predominante no mercado, em especial, por alimentar a proposta de desenvolvimento, que privilegia o consumo desmedido e lucros elevados em curto prazo.

Opostos ao exploracionistas estão os preservacionistas, que defendem a intocabilidade dos recursos naturais. Essa atitude passa por um ideal de crescimento mínimo ou estagnação. Os motivos para esse comportamento podem ser pensados como estratégias ecológicas - como a manutenção da biodiversidade, melhoria do clima, solo, ar, etc.; como estratégias políticas, tendo o Estado voltado para o cumprimento de acordos e legislações ambientais; ou como estratégias econômicas, no sentido da cautela para evitar uma desordem nas estruturas econômicas, que não estariam em condição de controlar e absorver o enorme ganho de um recurso muito demandado, por exemplo. Para Raffestin (1993), os preservacionistas potencializam momentaneamente, para atualizar com mais benefícios ainda no futuro. De qualquer maneira, é um meio de se promover o desenvolvimento, privilegiando o futuro em detrimento do presente.

Uma prática que tem sido disseminada atualmente - e implementada - em alguns casos, é o comportamento conservacionista, que é não tão destrutivo como os exploracionistas, nem tão inerte como os preservacionistas. “É uma atitude que tende para as relações simétricas e que está marcada por um forte espírito de gestão ao longo prazo”. O chamado desenvolvimento sustentável surge desse comportamento.

Desenvolvimento sustentado implica melhoria da qualidade de vida humana; mas, dentro da capacidade suporte do ecossistema: é uma estratégia de desenvolvimento que administra todos os ativos, os recursos naturais e os recursos humanos, assim como os ativos financeiros e físicos, de forma compatível com o crescimento da riqueza e do bem-estar a longo prazo. (KLINK, 2001, p.78).

Primeiramente surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, na década de 1970. Mas, após tantas polêmicas na primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo (1972), entre os que defendiam o desenvolvimento a qualquer preço e os ambientalistas fervorosos, conclui-se que o mais concebível seria o desenvolvimento sustentável. O termo foi proposto por Maurice Strong e, em seguida, ampliado pelo economista Ignacy Sachs, que além da preocupação com o meio ambiente, incorporou as devidas atenções às questões sociais, econômicas, culturais, de gestão participativa e ética (MOTA, 2001).

Mas, para alguns autores, o termo desenvolvimento sustentável, foi utilizado para flexibilizar as ações danosas ao meio ambiente, visto que o termo ecodesenvolvimento estaria para voltado para o comportamento preservacionista, enquanto o outro para o comportamento mais conservacionista.

A conjugação de ambos os níveis produtivos (natural e tecnológico) num processo de ecodesenvolvimento deve procurar a utilização e transformação dos recursos fundados no aproveitamento da produtividade primária dos ecossistemas e orientar-se para a satisfação das necessidades básicas da população (LEFF, 2009, p. 56).

O fato é que para cada forma de mobilização de recurso, seja ela exploracionista, preservacionista ou conservacionista, existirá um formato de desenvolvimento. Segundo Oliveira et al. (2008) concatenando a promoção do desenvolvimento minimizando os impactos ambientais, o homem tem como resultado final a garantia de bem-estar físico, mental e social da população, gerando a criação de mecanismos de desenvolvimento sustentável. Em várias convenções internacionais o assunto sobre desenvolvimento e gerenciamento de recursos naturais foram temas principais, como na Agenda 21, que descreve em seu décimo capítulo que:

As crescentes necessidades humanas e a expansão das atividades econômicas estão exercendo uma pressão cada vez maior sobre os recursos terrestres, criando competição e conflitos e tendo como resultado um uso impróprio tanto da terra como dos recursos terrestres. Caso queiramos, no futuro, atender às necessidades humanas de maneira sustentável, é essencial resolver hoje esses conflitos e avançar para um uso mais eficaz e eficiente da terra e de seus recursos naturais. A abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento físico e do uso da terra é uma maneira eminentemente prática de fazê-lo. Examinando todos os usos da terra de forma integrada é possível reduzir os conflitos ao mínimo, fazer as alternâncias mais eficientes e vincular o desenvolvimento social e econômico à proteção e melhoria do meio ambiente, contribuindo assim para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável. A essência dessa abordagem integrada se expressa na coordenação de planejamento setorial e atividades de gerenciamento relacionadas aos diversos aspectos do uso da terra e dos recursos terrestres. (Abordagem Agenda 21, 2006, em seu Capítulo 10).

De acordo com Odum (2001) a capacidade de sobrevivência do homem equipara-se ao seu conhecimento e seu gerenciamento territorial, isto é, aplicado a preservação e melhoria da qualidade ambiental. Porto-Gonçalves destaca-se quando apresenta a relatividade entre o desenvolvimento e a natureza. Porto-Gonçalves (2004) levanta hipóteses quanto às relações capitalistas aplicadas a natureza e sociedade, em suas diferentes culturas, na qual, tais relações podem gerar apropriação, domínio, uso e exploração.

Se retornamos a ideia de poder centrado do Estado proposta por Ratzel está vinculado às condições naturais no processo de territorialização, notaremos que – ao mesmo tempo, que o território tem o papel central na constituição do Estado, ele é apresentado de forma naturalizada. “Pode-se dizer ainda, em sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe” (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p.17).

A vertente relaciona a natureza como determinante na dinâmica territorial proposta por Saquet (2005), onde economia, política e cultura interagem concomitantemente, havendo uma relação dialética entre os elementos que constituem o território, internos e externos, naturais e sociais. Assim, o território pode dificultar ou facilitar a ocupação, assim como pode ser fator de ocupação e expulsão de determinadas áreas, dependendo de condições naturais dessas áreas - como condições do solo, condições climáticas, vegetação, etc. Nessa perspectiva, as dimensões política e naturalista podem ser agregadas nos argumentos de construção do território.

Haesbaert (2004) é também apresenta o território como esse híbrido de vertentes: jurídico-política, culturalista, econômica e naturalista-biológica. Prioriza as questões culturalistas em grande parte de suas análises, mas não exclui a visão do território como um espaço delimitado e controlado pelo poder, em suas múltiplas formas.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, p.1).

Para Haesbaert (2004), os territórios são marcados por uma multiterritorialidade contemporânea, são múltiplos territórios que se articulam na forma de territórios-rede.

Os agentes (indivíduos, grupos, instituições públicas e privadas, Estado) provocam essa multiterritorialidade, de acordo com os distintos objetivos, estratégias e escala, e essa multiterritorialidade pode se apresentar de forma mais simbólica ou funcional.

As implicações políticas da multiterritorialidade, suas repercussões na realidade ou como estratégia de poder, são fundamentais para explicar esse conceito. Para o autor, é fundamental distinguir entre a multiterritorialidade potencial (a possibilidade dela ser construída ou acionada) e a multiterritorialidade efetiva, realizada:

As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade de “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros na base da pirâmide social, não tem sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (HAESBAERT, 2004, p. 360).

Esses múltiplos territórios emergem a partir das necessidades das pessoas. Podemos considerar que a diversidade de requisitos necessários para se ter uma boa qualidade de vida estão correlacionados a existência de multiterritorialidade. À medida que a escala dos requisitos para a qualidade de vida vai se cumprindo, a multiterritorialidade surge.

As definições apresentadas por Saquet (2005) e por Haesbaert (2004), na abordagem do território híbrido, podem ser relacionadas à proposta de desenvolvimento de Oliveira (2002), em sua abordagem totalizada do conceito.

Para ele, o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve ser resultado do crescimento econômico, acompanhado necessariamente de melhoria na qualidade de vida. O desenvolvimento teria não somente uma relação direta com crescimento econômico, mas também com o meio ambiente e com a qualidade de vida das pessoas. São condicionantes que se completam na promoção do desenvolvimento. De acordo com o autor, foi em 1945, com a criação das Organizações das Nações Unidas (ONU), que emergiu a proposta de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. E essa proposta primava pela manutenção e melhoramento nos níveis de qualidade de vida da população.

Desde a sua criação, a ONU está empenhada em promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para a promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural, ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor (OLIVEIRA, 2002, p.39).

Dentre os parâmetros utilizados para avaliar o desenvolvimento dos municípios, o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita são apontados como elementos

determinantes para o progresso da população. Os municípios que apresentam altos índices podem ser considerados desenvolvidos ou em desenvolvimento, mesmo que indicadores sociais e ambientais não tenham a mesma evolução.

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento - incrementos positivos no produto e na renda -, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras” (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Apesar da intensificação dos debates da ONU que primam pelo desenvolvimento com qualidade de vida, ele ainda é compreendido sob o ponto de vista exclusivamente econômico, como um processo de aumento quantitativo, e não qualitativo em uma estrutura social.

Apesar de não mencioná-los, Oliveira (2002) crítica os autores que afirmam que o problema dos países subdesenvolvidos, inclusive do Brasil, no que se trata de desenvolvimento, é o baixo crescimento da economia. Entretanto, o desafio é que se obtenha um crescimento do produto capaz de atender às solicitações das distintas classes sociais e regiões.

É desta maneira que o desenvolvimento passa a ser entendido como uma resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento autossustentado, ou seja, talvez alcançar a capacidade de crescer sem fim de maneira contínua (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Seguindo as ideias de Oliveira (2002), o meio ambiente é outro elemento na discussão de desenvolvimento, devido à crescente preocupação com a escassez dos recursos naturais que dispomos e que poderão faltar futuramente. Além disso, ele cita as questões da poluição e degradação ambiental, que afetam a qualidade de vida e conseqüentemente o desenvolvimento idealizado pela ONU.

Pensar em desenvolvimento é antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade. (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

O autor cita que a história do pensamento de desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à história do pensamento ambiental, e que cinco dimensões devem ser observadas para o planejamento do desenvolvimento, na proposta sustentável, são elas: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Escobar (2005) afirma que os ativistas de estudos ambientalistas não só estão sendo confrontados pelos movimentos sociais que mantêm uma forte referência ao lugar, mas

também pelos apelos ecológicos e culturais de determinados territórios. Destaca-se que o desenvolvimento deve levar em consideração os modelos da natureza baseados no lugar, assim como, as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que as acompanham. O autor pondera que “psicólogos ambientalistas” conseguiram identificar claramente um manejo do ecossistema sustentado no conceito de lugar, de forma que ao dar ênfase aos significados culturais através desses lugares, onde os ecossistemas se constroem. Escobar transcreve que “o centro do manejo dos ecossistemas é o de guiar as decisões que afetam um lugar usando um conhecimento abundante de sua história natural e cultural” (ESCOBAR, 2005, p.12).

No entanto, tal discussão sobre gestão dos recursos naturais/culturais tem norteado a criação das unidades de conservação e projetos de preservação ambiental. Seguindo esse contexto, de acordo com Silva et al. (2016), a criação das reservas e projetos dessa natureza, a demarcação de áreas no âmbito do ordenamento territorial tem provocado divergências políticas e acadêmicas quanto à apropriação de um determinado território, seja ele em relação aos aspectos legais de propriedade tanto quanto ao acesso à terra como aos impactos da ação antrópica sobre a natureza.

Os defensores de uma exploração mais economicista e baseada nos grandes projetos consideram que tais medidas impedem o exercício do direito deles ao crescimento econômico e ao “progresso”. Enquanto os que comungam das ideias ambientalistas defendem a demarcação dos territórios como medidas alternativas e favoráveis à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. (SILVA et. al, 2016, p. 13).

Nota-se que atualmente há uma pressão na relação entre território e desenvolvimento, tendo em vista o aumento da degradação ambiental. Diante dos diversos conflitos sociais, levantam-se “bandeiras” que visam dar um caráter restritivo ao livre acesso aos recursos naturais e à reprodução das práticas essenciais ao processo de globalização da economia – esses também consideram que quaisquer tomadas de decisões elencadas quanto aos recursos devem ser norteadas pelos processos sociais e culturais as quais definem o território, bem como o significado de suas paisagens.

Industrialização e crescimento econômico nem sempre significam desenvolvimento, pois a industrialização gera aumento do produto e da renda nacional, mas também gera distorções de urbanização, destruição e poluição do meio ambiente e alienação do ser humano (OLIVEIRA, 2002, p.45 apud SLIWANY, 1987). Concluindo o pensamento do autor, a intensificação das atividades econômicas, especialmente da industrialização, não é suficiente para o desenvolvimento, crença decorrente da performance das nações mais industrializadas.

Portanto, o desenvolvimento deve prever não só o desenvolvimento de um país como num todo, mas também o desenvolvimento individualizado, do ser humano.

O que importa na verdade, mais do que o simples nível de crescimento ou de industrialização, é o modo como os frutos do progresso, da industrialização do crescimento econômico são distribuídos à população de modo a melhorar a vida de todos (OLIVEIRA, 2002, p.45).

Relacionar qualidade de vida e meio ambiente na proposta de desenvolvimento nessa argumentação é uma condição necessária. O valor do meio ambiente ultrapassa a esfera econômico-financeira do desenvolvimento (a repartição de receitas tributárias municipais, extrativismo, pesca, turismo e uso público, carbono florestal, recursos hídricos e o solo) - e chega ao âmbito social (saúde, bem estar, lazer, educação, infraestrutura, alimentação e moradia).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995), a qualidade de vida está ligada a percepção do indivíduo e de sua posição de vida no contexto da cultura e valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Trata-se de um conceito abrangente que envolve aspectos objetivos e subjetivos. O que é percebível é a multidimensionalidade do tema, pois há uma pluralidade de fatores ligados ao estilo, condição de vida, interesses e anseios das pessoas.

Qualidade de vida não se esgota nas condições objetivas de que dispõem os indivíduos, tampouco no tempo de vida que estes possam ter, mas no significado que dão a essas condições e à maneira com que vive. Nessa concepção, a percepção sobre qualidade de vida é variável em relação a grupos ou sujeitos (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012, p. 19).

Nessa abordagem, a percepção de qualidade de vida do indivíduo é relativa, pois envolve percepções, experiências e interesses voltados para as condições históricas, socioeconômicas, culturas e ambientais, dele e da coletividade em que está inserido. Para Nahas; et al. (2001) existe uma tendência a se incluir com frequência duas classes de fatores determinantes para a qualidade de vida: os fatores socioambientais - condição de trabalho, educação, meio ambiente, transporte, atendimento de saúde, lazer, entre outros - e os fatores individuais, característicos do comportamento de cada pessoa.

Em uma visão de desenvolvimento abrangente, percebe-se que a qualidade ambiental está diretamente relacionada à qualidade de vida das pessoas. A proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais promovem esse equilíbrio na qualidade do ambiente. Quanto às questões ambientais, Sposati (2000) considera que a qualidade de vida está

relacionada ao desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com menor grau de degradação e precariedade.

A compreensão da qualidade de vida requer inúmeros campos do conhecimento humano, biológico, social, político, econômico, médico, entre outros, numa constante inter-relação (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012). Por isso, a qualidade de vida está associada a uma concepção de desenvolvimento abrangente, que ultrapassa os indicadores de desenvolvimento humano.

Enrique Leff (2009) também defende a base sustentável do desenvolvimento. Com uma abordagem voltada para a cultura ecológica e racionalidade ambiental, o desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento – termos utilizados por ele – surge como alternativa, em substituição as formas dominantes de produção e de crescimento econômico, que exploram deliberadamente os recursos naturais, em busca da maximização dos lucros privados em curto prazo. Trata-se de uma crítica ao desenvolvimento voltado para uma apropriação puramente capitalista.

O desenvolvimento deve ser considerado a partir de uma organização produtiva do conhecimento. “A utilização da natureza para uma formação social na perspectiva de um desenvolvimento sustentável deve ser congruente com os processos de reprodução dos seus recursos” (LEFF, 2009, p.71). O manejo do solo e dos recursos naturais estão ligados a uma cultura social, que necessariamente deve ser repensada em relação as formas tradicionais (que primam pelo conservadorismo) e contemporâneas (voltadas somente para o exploracionismo).

É necessário introduzir desde já os princípios de uma gestão ecológica para o aproveitamento produtivo sustentável dos ecossistemas, de maneira que conservem sua produtividade primária e sua capacidade de regeneração a longo prazo. Nesse sentido, é necessário reservar zonas de conservação para o estudo científico de suas potencialidades, assim como aplicar estratégias adequadas do uso da terra, através da introdução de cultivos múltiplos e integrados-de práticas agroecológicas e agroflorestais-, seguindo práticas de manejo dos ecossistemas das sociedades tradicionais (LEFF, 2009, p. 73).

A proposta de desenvolvimento sustentável deve progredir para uma *territorialização da racionalidade ambiental*, que seria um enraizamento da cultura ambiental na sociedade. Desenvolvimento e território nessa concepção estão interligados por uma base imaterial, voltada para uma reapropriação social da natureza, a partir das formas democráticas de participação da sociedade, que tenham um comportamento mais equilibrado com a natureza, e não somente a forma capitalista hegemônica. As práticas produtivas devem objetivar uma estratégia de ecodesenvolvimento com técnicas de cálculo econômico, ecológico e social, e essas técnicas devem avaliar o patrimônio dos recursos naturais e o potencial dos

ecossistemas produtivos visando estratégias de aproveitamento desses recursos. Na proposta de Leff (2009), a cultura atuaria como uma espécie de mediadora entre os processos econômicos e ecológicos.

Em desacordo ao posicionamento do desenvolvimento sustentável, Daly (2004) defende que o desenvolvimento requer crescimento, e esse crescimento não é sustentável. Para ele, crescimento sustentável é uma proposição impossível. O Desenvolvimento sustentável é uma adaptação cultural feita pela sociedade quando ela se tornou consciente da necessidade emergente do crescimento nulo. Pois mesmo o “crescimento verde” não é sustentável, existe limite até mesmo para a quantidade de árvores que o planeta pode suportar (DALY, 2004).

A economia, segundo o autor, não vai crescer para sempre, e nem vai atingir um ponto máximo em termos de produção e utilização de recursos disponíveis, tendo em vista que somos incapazes de trazer sob a administração humana direta todas as espécies que compõem os ecossistemas sobre o qual dependemos. “Além disso, é ridículo encorajar a preservação da biodiversidade sem estar disposto a deter o crescimento econômico” (DALY, 2004, p.199).

Em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o que é finito, não crescente e materialmente fechado. À medida que o subsistema econômico cresce, ele incorpora uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve alcançar um limite de 100%, se não antes (DALY, 2004, p.197).

A questão levantada pelo autor é de como as pessoas podem continuar falando de crescimento sustentável, quando a escala atual da economia já mostra sinais claros de insustentabilidade? A escala atual da expansão econômica apresenta o fator 4, e se esse fator chegasse a 7, conforme sugerido pela Comissão Brundtland, então teríamos um “colapso iminente”. O conceito em si, então, seria contraditório, em um ecossistema finito, não-crescente.

Desenvolvimento e crescimento são termos distintos, assim como as mudanças quantitativas e qualitativas são bem diferentes. “**Crescer** significa aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo. **Desenvolver** é expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior, ou melhor,” (DALY, 2004, p.2, grifo do autor).

“Quando algo cresce fica maior, quando algo se desenvolve fica diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se, mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve finalmente parar de crescer, mas pode continuar a se desenvolver” (DALY, 2004, p. 198).

Portanto, desenvolvimento sustentável, faz sentido para a economia se entendido como desenvolvimento sem crescimento. Desenvolvimento e crescimento não são sinônimos para Daly (2004) e Oliveira (2002). Entretanto, para Oliveira (2002) os dois termos se complementam na discussão de desenvolvimento, enquanto para Daly (2004) eles não se associam.

Trata-se de uma referência territorial mais materialista, na qual o solo, como terra, e o recurso, como produto, por si só, condicionam o desenvolvimento. O desenvolvimento, nesse caso, requer um crescimento econômico de maneira exploracionista, caso contrário a sua promoção no local estará comprometida.

Pode-se depreender que o território, aqui considerado como múltiplo, diverso e complexo -, contrário “unifuncional”, proposto pela lógica capitalista – e desenvolvimento estão interligados a uma multiplicidade de fatores - econômicos, sociais, culturais e ambientais - que condicionam a qualidade de vida das pessoas. A gestão de um território é aliada a proposta de desenvolvimento do mesmo, que por excelência deve ser integradora, contemplando os fatores condicionantes, as particularidades do espaço que foi e é produzido ao longo do tempo vivido (HAESBAERT, 2004).

3. A CIDADE E O PARQUE: ATRIBUTOS, RESTRIÇÕES E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL.

3.1 MARLIÉRIA E SUA POPULAÇÃO

A história oficial de Marliéria se inicia em 1865 com o nome de Arraial da Onça Grande (ribeirão que banha a localidade) fundado por Germano de Souza Baltar (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARLIÉRIA, 2017). Ele logrou grande sucesso financeiro, tornando-se em pouco tempo um grande proprietário local (IEF, 2017).

Germano Baltazar doou três alqueires de terra para a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora das Dores. As obras, porém, foram abandonadas devido à transferência do doador para outra região (IBGE, 2017). Posteriormente, as obras foram retomadas -, e atualmente, Nossa Senhora das Dores é a padroeira do município -. (Figura 1).



Figura 1: Imagem da capela de Nossa Senhora das Dores. Criada em 25 de Março de 1922.

Fonte:

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pra%C3%A7a_JK_e_Igreja_Matriz_de_Nossa_Senhora_das_Dores_ao_fundo,_Marli%C3%A9ria_MG2.JPG

Ao redor da capela, formou-se um pequeno núcleo populacional denominado Arraial de Nossa Senhora das Dores de Babilônia. Tempos depois, por sugestão do professor José Belisário, primeiro mestre-escola do povoado nascente, o povoado passou-se a chamar-se Babilônia, “em vista de sua localização numa garganta murada por alcantilada serra coberta de musgo e bromeliáceas que, na época da floração, assemelham-se aos antigos jardins suspensos da lendária Babilônia” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARLIÉRIA, 2017).

Em 1901 foi levado à categoria de distrito de São Domingos do Prata, assim permanecendo até 1923, quando a denominação do distrito foi mudada para Marliéria. Em 12 de dezembro de 1953, foi elevado à categoria de município.

O nome dado ao município foi em homenagem ao francês Tomaz de Marlière, comandante geral das divisões do Rio Doce, grande protetor dos indígenas botocudos e benemérito da região no período provincial (IBGE, 2017). Em 2006, foi criado o distrito de Cava Grande e anexado ao município de Marliéria.

O município de Marliéria está situado no interior do Estado de Minas Gerais, região sudeste do país e pertence ao colar metropolitano do Vale do Aço. Seus municípios limítrofes são Timóteo, a norte, Jaguaráçu, a noroeste, São Domingos do Prata, a oeste, Dionísio, a sul, Córrego Novo e Pingo D’água, a sudeste e Bom Jesus do Galho, a leste. (Figura 2).

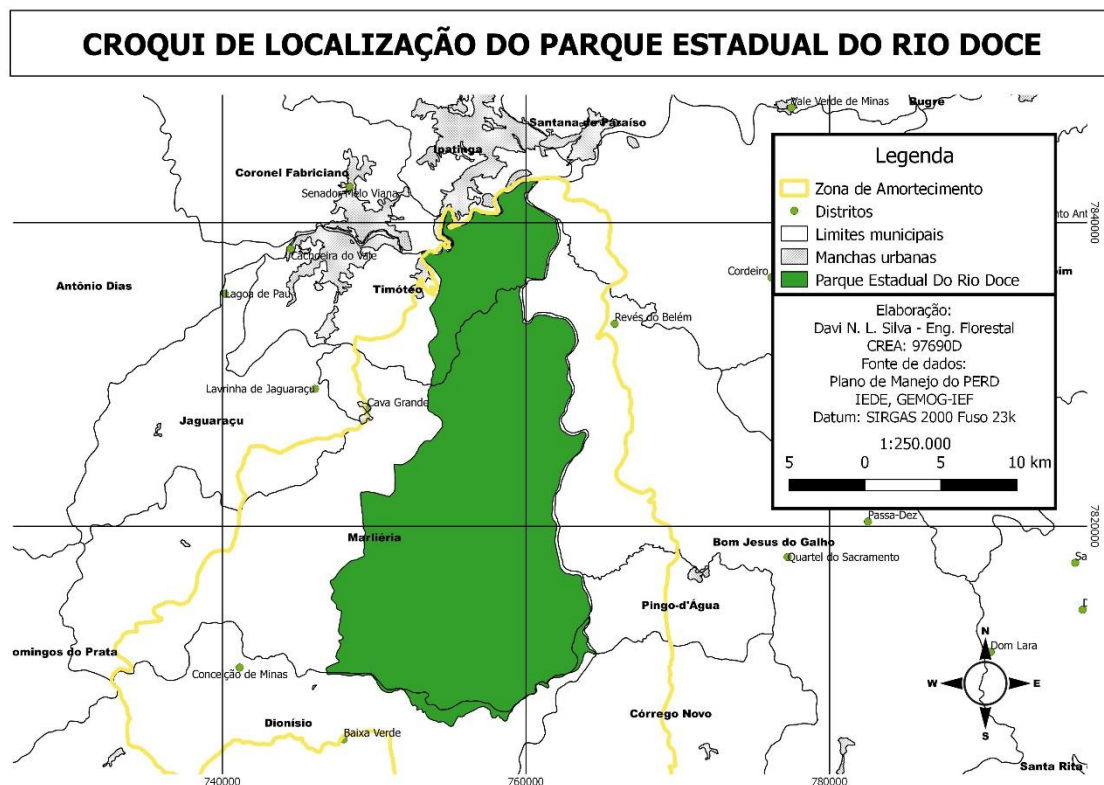


Figura 2: Croqui de Localização do Parque Estadual do Rio Doce.

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce – IEDE, GEMOG-IEF, 2008.

A área do município é de 545,813 km², e está dividida em duas áreas urbanas - sede de Marliéria e distrito de Cava Grande - e em 21 comunidades rurais, a saber: Santo Inácio (Inácias); Ribeirão da Onça; Trindade; Bom Sucesso; Tijuco Preto; Serra; Fagundes; Turvo; Cedro; Machado; Jacroá; Manoel Dias; Passa Tempo; Bom Jardim; Sítio Velho; Santa Rita; Mundo Novo; Antunes; Limeira; Santo Antônio da Mata e Celeste. (Figura 3).

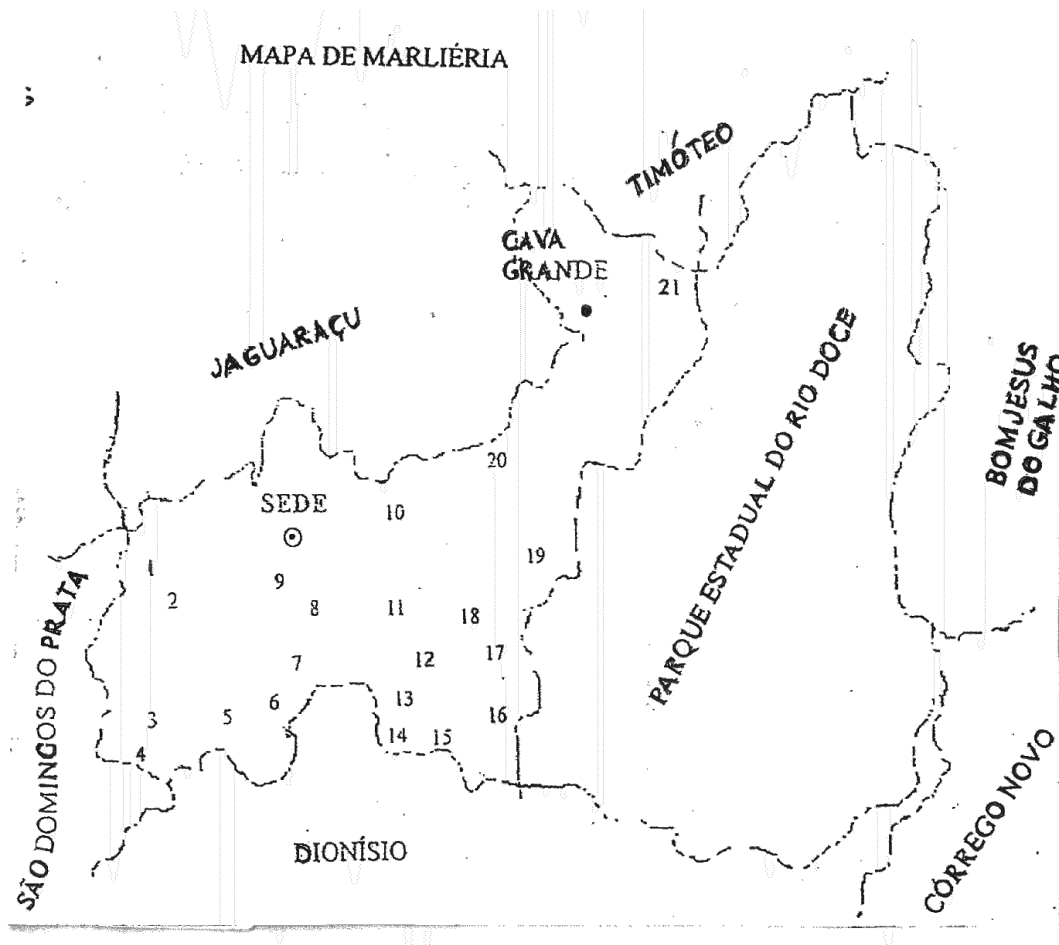


Figura 3: Mapa do município de Marliéria com todas as suas comunidades.

Fonte: Prefeitura Municipal de Marliéria, 2017.

Nota: 1. Santo Inácio; 2. Ribeirão da Onça; 3. Trindade; 4. Bom Sucesso; 5. Tijuco Preto; 6. Serra; 7. Fagundes; 8. Turvo; 9. Cedro; 10. Machado; 11. Jacroá; 12. Manoel Dias; 13. Passa Tempo; 14. Bom Jardim; 15. Sítio Velho; 16. Santa Rita; 17. Mundo Novo; 18. Antunes; 19. Limeira; 20. Santo Antônio; 21. Celeste.

Considerando a evolução populacional do município no período entre 1970 e 2010, que pode ser observada na Tabela 1, vemos que Marliéria, com exceção da década de 1990 (1,50), apresentou taxas de crescimento médio anual (TCMA) negativas para todos os demais períodos. Os dados mostram que o grau de urbanização subiu de 14,72% em 1970 para 19,48% em 1980, se mantendo próximo a 22,0% nos Censos de 1991 e 2000, para então atingir 70,89% em 2010. O que explica esse salto no grau de urbanização é a anexação, em

2006, do distrito de Cava Grande ao município, já mencionada anteriormente. Em 2010, a população urbana de Cava Grande representava 67,7% da população urbana de Marliéria e a população total residente no distrito (2.374 habitantes) representava 59,2% da população. Mesmo com o grande incremento populacional do distrito de Cava Grande, a população do município ainda assim apresentou crescimento negativo no período 2000-2010, o que indica um saldo migratório negativo no período, com a população que deixou o município superando em muito a que para lá se deslocou.

1970			1980			1991			2000			2010		
Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total
655	3.795	4.450	801	3.310	4.111	769	2.771	3.540	885	3.159	4.044	2.844	1.168	4.012
14,72	85,28	100,00	19,48	80,52	100,00	21,72	78,28	100,00	21,88	78,12	100,00	70,89	29,11	100,00

1970-1980			1980-1991			1991-2000			2000-2010		
Cresc. 1970 pop. Urb.	Cresc. 1970 pop. rural	Cresc. 1970 pop. total	Cresc. 1980 pop. Urb.	Cresc. 1980 pop. rural	Cresc. 1980 pop. total	Cresc. 1990 pop. Urb.	Cresc. 1990 pop. rural	Cresc. 1990 pop. total	Cresc. 2000 pop. Urb.	Cresc. 2000 pop. rural	Cresc. 2000 pop. total
2,03	-1,36	-0,79	-0,37	-1,60	-1,35	1,59	1,48	1,50	12,38	-9,47	-0,08

Tabela 1: Marliéria: Evolução da população e taxas de crescimento médio anual

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O nível educacional da população de Marliéria é baixo. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 e considerando a população com idade igual ou superior a 10 anos (3426 habitantes), temos que 67,0% não possuíam instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto. Os que possuíam o ensino fundamental completo ou médio incompleto totalizaram 14,9%, mesmo percentual dos completaram o ensino médio ou possuíam o ensino superior incompleto. Apenas 2,9% haviam concluído algum curso superior (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Marliéria em 1991 era 0,415, se encontrando na faixa de desenvolvimento humano muito baixo (0 a 0,499). Em 2000, com um IDH de 0,554, o município atingiu a faixa de baixo desenvolvimento humano (0,500 a 0,599) e, em 2010, atingiu a faixa de desenvolvimento humano médio (0,600 a 0,699), com um IDH de 0,657. Em todo o período, o IDH do estado de Minas Gerais foi superior ao do município. No ano de 1991, o estado, com um IDH de 0,478 – superior ao de Marliéria –, também se encontrava na faixa de desenvolvimento humano muito baixo. Entretanto, em 2000, com um IDH de 0,624, Minas Gerais já havia atingido a faixa de desenvolvimento humano médio e, em 2010, com um IDH de 0,731, a faixa de desenvolvimento humano alto (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 1991,2000 e 2010).

A renda per capita média de Marliéria cresceu 169,60%, de 1991 para 2010 (Tabela 1). A taxa média anual de crescimento foi de 13,17% entre 1991 a 2000 e de 12,35% entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, com renda per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 78,21% para 13,16% em 2010. E a desigualdade na distribuição da renda entre os marlierenses diminuiu 31,03% de 1991 para 2010, como pode ser observada através do Índice de Gini¹ (FJP; PNUD e IPEA, 2000 e 2010).

Indicador	1991	2000	2010
Renda per capita	148,85	325,29	401,74
% de extremamente pobres	44,47	10,72	2,29
% de pobres	78,21	36,74	13,16
Índice de Gini	0,58	0,54	0,40

Tabela 2: Renda, Pobreza e Desigualdade.

Fonte: FJP, PNUD e IPEA, 1991, 2000 e 2010.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, dos 1.243 domicílios particulares permanentes de Marliéria, 1.119 (90,02%) possuíam um rendimento mensal per capita de até dois salários mínimos (Figura 4). Além disso, 42,11% dos indivíduos com idade acima de 10 anos recebiam até um salário mínimo (Figura 5). Em 2016, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,6 salários mínimos².

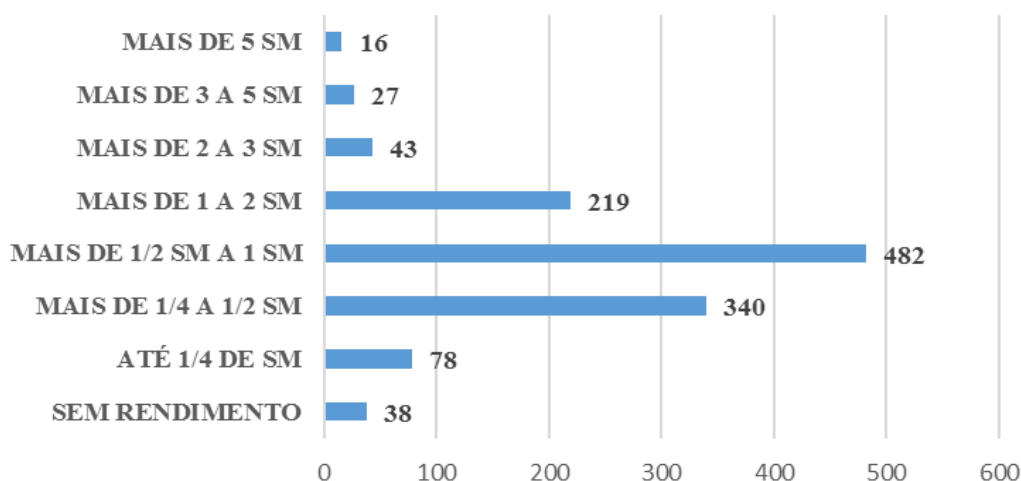


Figura 4: Classe de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita.

Fonte: IBGE, 2010.

¹ Instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta as diferenças entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, onde todos têm a mesma renda, e 1 significa totalmente desigualdade, ou seja, se só uma pessoa detém toda a renda do lugar. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2017)

² IBGE, Cadastro Central de Empresas 2016. Rio de Janeiro, 2018.

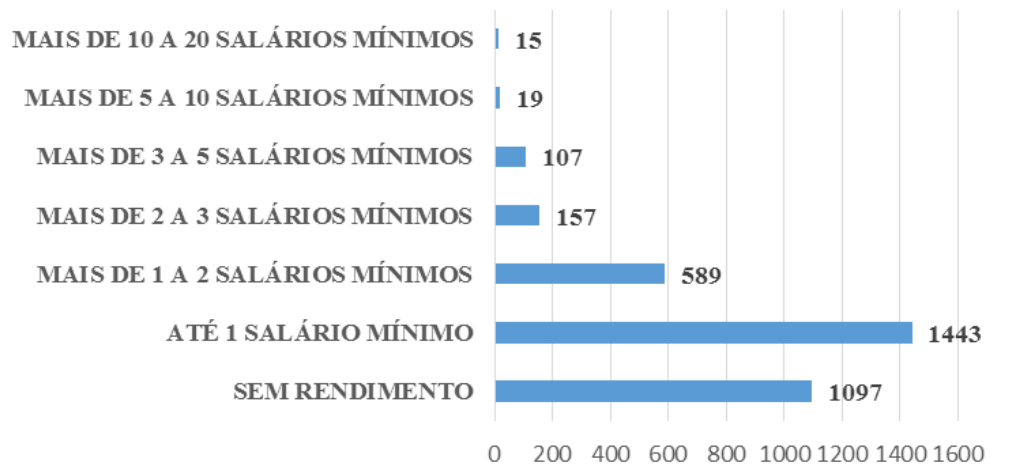


Figura 5: Classe de Rendimento Nominal Mensal - Pessoas acima de 10 anos.
 Fonte: IBGE, 2010.

No Produto Interno Bruto do município destaca-se a agropecuária e prestação de serviços. Apesar da evolução nos últimos anos no PIB de Marliéria, o município ainda apresenta valores bem inferiormente comparados aos nacionais, conforme observa-se na tabela 3. Posto isto e utilizando o PIB, como indicador primordial para o crescimento econômico; observamos que o município encontra-se em um patamar de desenvolvimento abaixo da média nacional.

O município apresentou, em 2015, um PIB de R\$37.735.000,01, sendo que o valor adicionado bruto pela atividade agropecuária foi de R\$ 4.043.000,03 (10,7%), pela indústria R\$ 2.477.000,30 (6,5%), pelo setor de serviços (exceto a administração pública) foi de R\$11.125.000,09 (29,5%) e, por fim, pela administração pública, R\$18.682.000,90 (49,5%)³. Isso demonstra que a performance econômica de Marliéria depende diretamente da prestação de serviços gerados no município e, principalmente da administração pública. Relaciona-se o incremento positivo dessa receita ao turismo ecológico gerado pelo Parque Estadual do Rio Doce, e a contraponto o baixo incremento da receita industrial, as restrições de uso e ocupação do solo e da exploração de matéria-prima, também gerados pelo parque.

³ Fundação João Pinheiro, Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais, 2015.

COMPARATIVO DO PIB PER CAPITA – MARLIÉRIA E BRASIL 2010/2015

Ano	Marliéria	% de aumento em relação ao ano anterior	Brasil	% de aumento em relação ao ano anterior	% do PIB de Marliéria em relação ao nacional
2010	r\$ 5.431,20	-	r\$ 19.878,00	-	27,32%
2011	r\$ 5.957,47	8,84%	r\$ 22.171,00	10,34%	26,87%
2012	r\$ 6.425,25	7,28%	r\$ 24.165,00	8,25%	26,59%
2013	r\$ 7.587,04	15,31%	r\$ 26.520,00	8,88%	28,61%
2014	r\$ 8.349,70	9,14%	r\$ 28.498,00	6,94%	29,30%
2015	r\$ 9.143,45	8,68%	r\$ 29.347,00	2,89%	31,16%

Tabela 03: Comparativo do PIB per capita- Marliéria e Brasil. 2010 a 2015.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

O município de Marliéria tinha em 2010, 79, 1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017), sendo que o distrito de Cava Grande e as comunidades rurais não pagam pelo serviço de água e esgoto.

Os domicílios urbanos em vias públicas com arborização representam 73,6%, e somente 7,8% dos domicílios urbanos em vias públicas tem urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio fio) (IBGE, 2017). É possível observar essa precariedade principalmente no distrito de Cava Grande e nas comunidades.

Atualmente, a pavimentação da rodovia MG320/LMG760, localizada na zona de amortecimento do PERD, impulsionou ainda mais a discussão de desenvolvimento e meio ambiente. O conflito se instala a partir dos interesses econômicos e políticos para o chamado desenvolvimento, com o objetivo de ligar regiões através da área do interior ou entorno do parque e favorecer projetos territoriais (LAMOUNIER, 2017).

Entende-se que nessa discussão os atores econômicos e políticos fundamentam a regularização da pavimentação da rodovia MG320/LMG760 em prol do desenvolvimento municipal e regional. Considera-se que a rodovia possibilitaria um maior tráfego de pessoas e produtos, facilitando a logística dos mesmos. A rodovia MG320/LMG760 representaria para esses atores uma via importante de escoamento da produção da região para toda a Região Metropolitana do Vale do Aço, como os produtos comercializados pelos pequenos agricultores, que não conseguem atualmente expandir a logística das suas mercadorias, pela inviabilidade do trajeto.

Outro aspecto econômico considerado é o fortalecimento do turismo regional, que abrangeria o PERD e os próprios municípios no entorno. Esse estimularia o comércio local e

criaria novas oportunidades de emprego e renda para a população no entorno do PERD, elevando, portanto, o desenvolvimento econômico para esses municípios, especialmente Marliéria.

Não obstante, nessa discussão o posicionamento dos atores ambientais não é favorável. Podemos destacar que o desenvolvimento econômico promovido pela pavimentação da rodovia MG320/LMG760 pode acarretar prejuízos a preservação ambiental e comprometer os objetivos do PERD, instituídos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O aumento no fluxo de pessoas e veículos aumenta também os riscos de atropelamento de animais – o inclusive de animais em extinção – facilita a pesca, caça, construções ilegais, o desmatamento, além de propiciar o aumento dos incêndios florestais, da poluição e de resíduos sólidos. Além dos prejuízos ambientais citados que afetam diretamente a qualidade de vida da população, existem outros prejuízos, como o possível aumento da criminalidade e a conseqüentemente insegurança dos moradores.

Logo, na argumentação de Oliveira (2002), o desenvolvimento nessa situação está comprometido, uma vez que o crescimento econômico à custa da piora na qualidade de vida da população, não promove um desenvolvimento integralizado.

Em 2016, Marliéria foi incluída no programa cidades sustentáveis. Esse programa visa o compartilhamento de experiências sustentáveis bem sucedidas entre os municípios, para isso os idealizadores utilizam uma lista de práticas utilizadas em municípios de vários países (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018). Os gestores públicos de Marliéria assumiram, mediante assinatura de uma carta, o compromisso de uma gestão voltada ao desenvolvimento justo e sustentável do município. Efetivamente, esse compromisso deve ser reforçado pelo município diariamente, para manutenção da riqueza ecológica existente no seu território.

As cidades que participam desse programa ganham visibilidade em materiais de divulgação e nos meios de comunicação. Elas têm acesso a informações estratégicas, trocam experiências com outros municípios, além de se construírem como referências exemplares de desenvolvimento sustentável (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2018). Percebe-se que a participação nesse programa estimula a valorização do meio ambiente como oportunidade de desenvolvimento local, permitindo a Marliéria, através dos meios de comunicação, a divulgação dos atrativos turísticos do PERD e das APAS, e do próprio município, além da possibilidade de inovar nas atrações turísticas, mediante o compartilhando de experiências.

O programa estabelece diversos indicadores separados por eixos que devem estar presentes nos planos de metas de cada município. Cada eixo é composto por um objetivo geral e objetivos específicos, conforme apresentado no relatório do programa e demonstrado no anexo 1. (PROGRAMAS CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016). Um dos indicadores tem como foco apoiar e criar condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o meio ambiente (Anexo 1).

Em 18 de dezembro de 2017, foi instituído o Plano Diretor Participativo de Marliéria, através da Lei Complementar n° 1.101, mais uma diretriz do desenvolvimento sustentável para o município.

O Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do município de Marliéria é o instrumento básico da política municipal para a qualificação e o desenvolvimento equilibrado e sustentável do meio urbano e rural ao qual cabe cumprir a premissa constitucional da garantia das funções sociais da propriedade e da cidade (LEI COMPLEMENTAR, N° 1.101, 2017, Art.º 2).

O Plano Diretor Participativo é um novo dispositivo que visa mediar os interesses existentes entre a promoção econômica e ambiental. As diretrizes básicas que norteiam o Desenvolvimento Sustentável do município de Marliéria foram divididas em cinco tópicos: Estruturação e Integração Regional, Promoção Econômica, Qualificação do Ambiente Natural, Qualificação do Ambiente Construído e Promoção Social.

3.2 PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE E O ICMS ECOLÓGICO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído em 2010, pela lei federal n° 9.985, e tem como finalidade regulamentar o art. 225, incisos I, II, III e VII. O artigo 225 da Constituição Federal está inserido no capítulo VI; que tem como título: Do Meio Ambiente. No caput desse artigo é definido que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988). Na sequência da imperatividade, o artigo impõe ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo o meio ambiente as atuais e futuras gerações.

No parágrafo 1º desse artigo é mencionado que “para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público”:

I- preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies do ecossistema;

II- preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III- definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

VII- proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Para regulamentar todos esses incisos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabeleceu os seguintes objetivos para sua atuação:

- Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

As categorias de Unidades de Conservação foram instituídas com finalidade de implementar os objetivos acima listados. Elas foram divididas em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. De acordo com o artigo 7º, da Lei nº 9985/2000, inciso 1º, “o objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta lei”. O inciso 2º do mesmo artigo define que “o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”.

Em relação à delimitação espacial do município de Marliéria, 55,08% (299,560 km²) são demarcados pelo Parque Estadual do Rio Doce, 9,93% (54,017 km²) pela Área de Proteção Ambiental Municipal denominada Jacroá e 5,97% (32,471 km²) pela Área de Proteção Ambiental Municipal denominada Belém.

Portanto, o município tem 70,98% da sua área total marcados por Unidades de Conservação, uma de proteção integral, que é o PERD e duas de Unidades de Uso Sustentável, APA de Jacroá e Belém.

Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (LEI 9.985, 2000).

As duas categorias de Unidades de Conservação, especialmente o PERD, acarretam para Marliéria uma grande restrição ao uso e ocupação do solo nessas áreas, todavia como exposto no Plano de Manejo⁴ da Unidade, o parque também traz atividades de uso público como banho, caminhada, camping, passeio de barco, observações astronômicas, trilha, interpretação ambiental, teatro e pesca; que beneficiam os moradores dos municípios que o abrangem (Marliéria, Timóteo e Dionísio) (PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE, 2008).

O uso público em Unidades de Conservação é uma estratégia de estímulo ao turismo ecológico, e agrega benefícios ao desenvolvimento local. A promoção do turismo ecológico

⁴ O Plano de Manejo é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnóstico do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da Unidade de Conservação, seu entorno, e quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da Unidade de Conservação, visando minimizar os impactos negativos sobre a Unidade de Conservação, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais (MMA, 2018).

pelas Unidades de Conservação também beneficia economicamente os municípios, na repartição de receitas tributárias, como o ICMS Ecológico. Elas também fornecem serviços ecossistêmicos⁵, essenciais à vida, e de grande valor, como o fornecimento de água limpa, a purificação do ar, a regulação do microclima e o sequestro de carbono.

Segundo TEEB (2010), existem quatro categorias de serviços ecossistêmicos que são:

- Serviços de Abastecimento: referente à produção de material ou energética de ecossistemas. Incluem alimentos, água, medicamentos, matéria-prima para construção e combustível e etc.
- Serviços de Regulação: referente à regulação da qualidade do ar, solo, clima, tratamento de águas residuais, controle de enchente e de doenças e etc.
- Serviço de Apoio ou Habitat: fornecem espaços para as plantas e animais viverem, conservando uma diversidade de espécies.
- Serviços Culturais: benefícios que as pessoas têm a partir do contato com a natureza. Podem ser estéticos, materiais ou espirituais.

As primeiras iniciativas no sentido de preservar o PERD surgiram no início da década de 1930, pelas mãos do arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, conhecido como o bispo das matas virgens. Dom Helvécio era bispo da arquidiocese mais importante de Minas Gerais e possuía forte influência no cenário político mineiro e nacional (MELO, 2001).

Segundo Moreira (1986), em 1931, o Dom Helvécio visitou pela primeira vez Marliéria e ficou encantado com a beleza da mata, com as inúmeras lagoas e riquíssima fauna e flora. Assim, no dia 04 de agosto de 1931, Dom Helvécio deixou registrado no “Livro de Tombo”. Da Paróquia de Marliéria, uma página escrita e assinada, dando a ideia de se criar um órgão público, destinado à proteção e preservação daquelas florestas.

Em 21 de julho de 1935, o Bispo retornou a Marliéria para celebrar uma missa, que havia prometido em sua primeira visita, a missa foi celebrada as margens da lagoa nova, hoje denominada Lagoa Dom Helvécio, onde havia uma pequena capela. O Sr. Juca Pontes sugeriu ao arcebispo, que recomendasse ao governador a construção de uma reserva naquela região, caso contrário, toda àquela floresta estaria transformada em carvão dentro de dez ou vinte anos (MELO, 2001).

⁵ Serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos tratam-se dos benefícios que as pessoas obtêm da natureza direta ou indiretamente, através dos ecossistemas, a fim de sustentar a vida no planeta (<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28158-o-que-sao-servicos-ambientais>, 2014).

De volta a Mariana, Dom Helvécio, enviou uma carta ao governador do Estado Benedito Valadares, sugerindo a criação do Parque. O Governador do Estado, e seu subsecretário da agricultura, Israel Pinheiro da Silva, apoiaram o projeto do arcebispo, mandando demarcar a área então existente de 320,000 km², nos municípios de Timóteo e Marliéria, que constituiria o Parque Florestal, situado no “*divorcium aquarium*” do Rio Doce com o Piracicaba (MELO, 2001).

Os trabalhos de demarcação da referida área foram iniciados em março de 1936 e ficaram a cargo do engenheiro Herculano Mourão. Tiveram como ponto de partida a confluência dos rios Doce e Piracicaba. Depois de concluída a mediação da área, o Parque foi oficialmente criado em 14 de julho de 1944, através do Decreto-Lei N 1.119. Este Decreto determinou que a Secretaria da Agricultura elaborasse o Regulamento do Parque, o que, entretanto, só ocorreu em 1960 (MELO, 2001).

Desde sua criação em 1944 até 1962, o parque estava vinculado à Secretaria da Agricultura e sua fiscalização era feita pela Polícia Rural. Neste período, a unidade era frequentada por pessoas da região, que devido à liderança da igreja tinham um grande cuidado com o fogo e a devastação (IEF, 2017).

Em 1962, o Instituto Estadual de Florestas passou a administrá-lo. Em 1967, ocorreu um grande incêndio próximo ao Campo de Pouso, no período de julho a setembro, queimando parcialmente 9.000 hectares do Parque, resultando na morte de onze pessoas (IEF, 2017).

Em 1971, foram inauguradas a casa de tábuas, o restaurante (hoje Mirante), o hotel (hoje alojamentos do centro de treinamento), a casa do supervisor e comandante da Polícia Florestal. A primeira casa construída foi a geminada, no campo de pouso, onde ficava a administração. (IEF, 2017, p. 8).

Em 1973, o secretário de viação e obras públicas de Minas Gerais da época, José Augusto Ferreira Filho, antigo prefeito de Caratinga, autorizou a construção da Ponte do Revés do Belém, na foz do Ribeirão Revés do Belém com o rio Doce, dentro das terras do parque, como parte de uma rodovia, que seria construída, ligando Caratinga a Belo Horizonte, passando por Coronel Fabriciano e seccionando as terras do Parque. A ponte foi construída, mas a rodovia foi embargada (IEF, 2017). A ponte perdida é um marco do movimento ambientalista, ao evitar que uma segunda estrada fragmentasse o parque. Hoje, sobre a estrutura da ponte, estão um posto de fiscalização, alojamentos e laboratórios voltados para a pesquisa.

O parque, aberto ao turismo desde 1967, foi fechado em 1986 para reforma e só reaberto em 1993, para pesquisa, recreação e turismo. Nos sete anos que ficou fechado para

reforma, por quatro anos as obras ficaram paradas, em função de mudança da administração do Estado (IEF, 2017).

Atualmente, o PERD desenvolve atividades de educação, recebendo estudantes da educação básica, ensino superior e pós-graduação em visitas guiadas e atividades de interpretação ambiental e recreação para estudantes e para as pessoas de modo geral. Nos meses de julho, que se comemora o aniversário de criação do Parque, é realizada a Cavalgada Ecológica e Religiosa, evento tradicional desde 1994, que se inicia em Marliéria, com uma missa, e termina no Parque.

A cavalgada possui parada em todo o percurso e tem como objetivo resgatar o trajeto, que as comunidades faziam nas décadas de 30 e 40. A cavalgada conta com a participação de clubes de criação de cavalos da região e é aberta à comunidade (IEF, 2017, p.8).

O parque possui área de camping para 500 pessoas, além dos alojamentos, vestiários, restaurante, anfiteatro, centro de informações (Figura 6), auditório, centro de treinamento, estacionamento e posto da polícia ambiental, possibilitando atividades de uso público como banho, caminhada, camping, passeio de barco, observações astronômicas, trilha, teatro e pesca (IEF, 2017).



Figura 6: Centro de Treinamento do PERD.

Fonte: http://www.wikiwand.com/pt/Parque_Estadual_do_Rio_Doce

Nos últimos anos houve um declínio no número de visitantes no PERD (Figura 7) uma das causas levantadas seria valor da entrada no parque, que pode ser considerada alta, especialmente para a população do entorno, que tem baixa renda familiar.

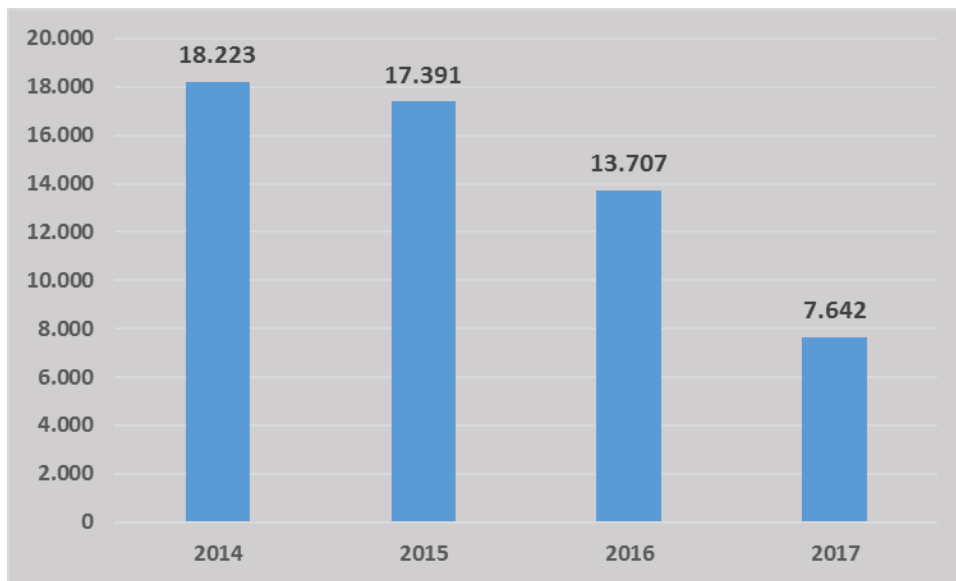


Figura 7: Público nos últimos 4 anos do PERD.

Fonte: Gerência do PERD, 2018.

O parque também faz monitoramento e controle florestal, além da coleta de sementes e produção de mudas, fomento florestal e pesquisa, em função da existência de um viveiro em seu interior. O viveiro atualmente emprega somente três viveiristas e tem um estoque 40.930 mudas (agosto/2018), que são disponibilizadas para pessoas físicas e jurídicas, com finalidade de reflorestamento, atividades de educação ambiental, paisagismo, entre outros (Kamylla Kellen – funcionária do PERD -, comunicação pessoal).

Além dos viveiristas, terceirizados da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A, atualmente 36 colaboradores compõem o quadro de funcionário permanentes do PERD, sendo 11 servidores efetivos do Instituto Estadual de Florestas, nos cargos de técnico ambiental (01), auxiliar ambiental (09) e analista ambiental (01), que atualmente exerce a função de gerente do parque; 25 servidores terceirizados da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A, nos cargos de porteiro (5), monitor ambiental (3), agentes de serviço de parque com e sem habilitação (12), servente de limpeza (5) (Kamylla Kellen – funcionária do PERD -, comunicação pessoal).

Anualmente, o PERD recebe funcionários temporários, contratados no período considerado crítico pelo IEF, para combate dos incêndios florestais (de julho a novembro). Em 2018, foram contratados quatro brigadistas, terceirizados da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A. Esse período pode se estender como ocorreu no ano anterior, caso o órgão gestor julgue necessário.

O PERD recebe anualmente diversos pesquisadores, de diferentes Estados brasileiros e até do exterior, geralmente trata-se equipes de pesquisadores, composto de três ou mais pessoas. O tempo de permanência na Unidade em média é de dois a três dias, normalmente nos finais de semana e segunda-feira. (Kamylla Kellen- funcionária do PERD -, comunicação pessoal).

Devido sua riquíssima biodiversidade, com suas árvores centenárias, espécies nativas de fauna e flora, algumas ameaçadas de extinção, tipologia do solo do Parque e entorno e diversas lagoas, o PERD é constantemente referenciado em pesquisas científicas. Em 2017, 13 pesquisas foram cadastradas pelo Instituto Estadual de Florestas no Parque Estadual do Rio Doce.

Assim, o a Parque Estadual do Rio Doce tem uma área de 359, 764 km², com o perímetro de 120 km. O PERD tem a maior floresta tropical do Estado de Minas Gerais, terceiro maior fragmento de Mata Atlântica⁶ do Brasil e o maior de Minas Gerais e 3º maior sistema lacustre do país (Figura 8).



Figura 8: Imagem do sistema lacustre do PERD.

Fonte: <https://www.facebook.com/ParqueEstadualdoRioDoce>

A influência da Mata Atlântica está nas ações mais básicas do dia a dia. A qualidade do ar, a regulação do clima e a saúde do solo dependem diretamente dos remanescentes desta

⁶A Mata Atlântica é uma das florestas mais ricas em biodiversidade de espécies e a quinta área mais ameaçadas do planeta. O bioma abrange uma área com cerca de 15% do total do território brasileiro que inclui 17 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe), dos quais 14% são costeiros. Hoje restam apenas 12,4 % da floresta que existia originalmente e, desses remanescentes, 80% estão em áreas privadas (SOS Mata Atlântica, 2018).

floresta, que também é fonte de recursos e matérias-primas essenciais à economia do país, para atividades como agricultura, a pesca, o turismo, a indústria e a geração de energia (SOS Mata Atlântica, 2018).

No Parque Estadual do Rio Doce é possível encontrar espécies de avifauna, como o beija-flor, besourinho, chauá, jacuaçu, saíra, anumará, entre outros; também encontramos outros animais conhecidos da fauna brasileira, como a capivara, a anta, o macaco-prego, o sauá, a paca, a cutia e o teiú (IEF, 2008).

O Brasil é gestor da maior biodiversidade do mundo: são 120 mil espécies de invertebrados e aproximadamente 8.930 espécies de vertebrados (734 mamíferos, 1.982 aves, 732 répteis, 973 anfíbios 3.150 peixes continentais e 1.358 peixes marinhos), das quais 1.173 estão listadas como ameaçadas de extinção. (ICMBio, 2018). Esses animais alguns encontram-se presentes no PERD, são a onça pintada (*Panthera onca*), o puma ou suçuarana (*Puma concolor*), o macuco (*Tynamus solitarius*) e o monocarvoeiro ou muriquí (*Brachyteles arachnoides*), considerado o maior primata das Américas. Nas águas do Rio Doce são comuns peixes como o tucunaré, a piranha e o apaiari (IEF, 2008).

O PERD possui reconhecimentos nacionais e internacionais. Das vinte e três unidades de conservação brasileiras que detém o sítio Ramsar⁷, foi a primeira representante do Estado de Minas Gerais. (MMA, 2017). O Parque também é definido como Área Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais, pela UNESCO. Essas áreas são locais de excelência para trabalhos de pesquisa científica, experimentação e demonstração de enfoques para conservação e desenvolvimento sustentável na escala regional (MMA, 2018).

O PERD possui 82% de sua área sob o domínio do IEF, o que pode ser verificado através da escritura pública de incorporação, LIVRO 750-N, fl. 66 a 70, de 30/06/94, cartório 3º ofício de Belo Horizonte. Os registros estão em São Domingos do Prata: R. 1/6897, livro 22, fls. 70 a 71 de 20/09/94; Coronel Fabriciano: 1/49462-Livro 02, de 26/09/94. Atualmente, existem quatro posseiros na região norte, três deles, instalados na região denominada Ponta do Tomazinho e uma região denominada Ilha do Clei. Além disso, existe um processo na justiça, reclamando indenização pela área da fazenda do Campolina de 6.534 há, demanda que se arrasta por mais de 30 anos (IEF, 2017).

⁷ A Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Lista de Ramsar) é um instrumento adotado pela Convenção Ramsar e tem como objetivo promover a cooperação entre países na conservação e no uso racional das zonas úmidas no mundo. Os Sítios Ramsar recebem investimentos de pesquisa e preservação com financiamento internacional. (MMA, 2017).

Desta forma, o parque traz, direta e indiretamente, uma série de benefícios sociais e ambientais para a população de seu entorno, entretanto também é possível notas e existência de problemas fundiários, caça e pesca ilegais, estradas intermunicipais, incêndios florestais, vandalismo e expansão urbana, mas o principal problema gerado está ligado aos aspectos econômicos, como a dificuldades na instalação de indústrias e no crescimento do comércio local.

Entretanto, além do valor ambiental, social e cultural que PERD tem, e que oferece a população através dos serviços ecossistêmicos, o parque também tem valor econômico, direto e indiretamente, como no uso público, no turismo ecológico e no repasse do ICMS Ecológico.

O ICMS é um imposto estadual regulado pelo artigo 155 e 158 da Constituição Federal. De acordo com o Inciso IV, do artigo 158, pertence aos municípios 25% de todo ICMS arrecadado pelo Estado, no Inciso II do parágrafo único desse mesmo artigo, o Estado tem a liberdade para definir – através de lei estadual- como irá distribuir até um quarto dos 25% que são de direito dos municípios, e é justamente essa lacuna que permitiu a criação do ICMS Ecológico pelos Estados.

Tendo em vista a autonomia dos Estados para a definição dos critérios de rateio de um quarto dos 25% do ICMS que pertence aos municípios, Minas Gerais estabeleceu, através do Decreto- Lei nº 32.771, de julho de 1991, que a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios observaria três critérios: o valor adicionado fiscal (VAF), os municípios mineradores e a compensação financeira por desmembramento de distrito.

Seguindo esses critérios, os grandes municípios comerciais e industriais recebiam uma generosa parcela dos 25%, graças à força das suas atividades econômicas, que geravam entrada e saída de mercadorias e serviços e conseqüentemente os levavam a receberem expressivos valores, considerando-se o critério VAF. Enquanto isso, os municípios pobres, sem grandes investimentos no mercado e/ou que possuíam áreas ambientalmente protegidas, recebiam um valor bem abaixo do necessário para arcar com os direitos sociais da população, adquiridos mediante promulgação da própria Constituição Federal (SILVA JÚNIOR; PEDROSA; SILVA, 2012).

Diante desse cenário pouco favorável para alguns municípios, foi instituída no Estado de Minas Gerais a Lei nº 12.040, publicada em 28 de dezembro de 1995 e denominada Lei Robin Hood, que inseriu novos critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS devido aos municípios, dentre eles o critério ambiental. O primeiro Estado a estabelecer o critério ambiental como medida para distribuição do ICMS entre os municípios foi o Paraná, em

1991, a partir de então 16⁸ outros Estados levam em consideração o desempenho ambiental dos seus municípios para distribuir parte do recurso do ICMS.

Portanto, o ICMS Ecológico não é um imposto novo, mas apenas uma reformulação dos critérios legalmente previsto para o repasse de receitas tributárias às municipalidades; induzindo-as a adotar medidas de preservação ambiental e de incremento da qualidade de vida. (RAMALHO; PASSOS, 2016)

Em Minas Gerais, diversas alterações foram realizadas desde a publicação da Lei Robin Hood, inclusive em relação aos percentuais do critério de meio ambiente, até que 12 de janeiro de 2009 foi aprovada e publicada a Lei nº 18.030, originária do projeto de Lei nº 23/2003, que atualizou critérios e percentuais para a distribuição do ICMS para os municípios. Essa entrou em vigor em janeiro de 2010, mas a distribuição realizada com base nos novos critérios somente se iniciou partir de 2011, estando ainda em vigor nos dias atuais.

De acordo com os novos critérios e percentuais, os municípios que acrescentam maiores valores nas operações de entradas e saídas de mercadorias e/ou prestações de serviços de transporte e de comunicação em seu território, em determinado ano civil, têm 75% dos 25% que o Estado de Minas Gerais distribuirá para os municípios naquele ano civil. (Quadro 01). Ou seja, àqueles municípios com a economia mais dinâmica recebem a maior parcela do repasse do ICMS.

⁸ Minas Gerais (1995), Acre (2004), Amapá (1996), Ceará (2008), Goiás (2011), Mato Grosso (2000), Mato Grosso do Sul (2000), Paraíba (2011), Paraná (1991), Pernambuco (2000), Piauí (2008), Pará (2012), Rio de Janeiro (2007), Rio Grande do Sul (1997), Rondônia (1996), São Paulo (1993) e Tocantins (2002) implantaram o ICMS Ecológico, com pequenas diferenças nos critérios ambientais de avaliação (FJP, 2018).

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO ICMS (LEI N° 18.030/2009)	
CRITÉRIOS	PERCENTUAIS A PARTIR DE 2011
VAF (art. 1º, I).	75,00%
Área geográfica (art. 1º, II).	1,00%
População (art. 1º, III).	2,70%
População dos 50 municípios populosos	2,00%
Educação (art. 1º, V)	2,00%
Produção de Alimentos:	1,00%
Patrimônio cultural (art. 1º, VII).	1,00%
Meio Ambiente (art. 1º, VIII).	1,10%
Saúde (art. 1º, IX).	2,00%
Receita própria (art. 1º, X).	1,90%
Cota Mínima (art. 1º, XI).	5,50%
Municípios mineradores (art. 1º, XII).	0,01%
Recursos hídricos (art. 1º, XIII).	0,25%
Municípios sede de estabelecimentos penitenciários (art. 1º, XIV).	0,10%
Esportes (art. 1º, XV)	0,10%
Turismo (art. 1º, XVI)	0,10%
ICMS Solidário (art. 1º, XVII).	4,14%
Mínimo "per capita" (art. 1º, XVIII).	0,10%
Total	100%

Quadro 01. Critérios de Distribuição do ICMS (LEI N° 18.030/2009).

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP/MG).

O critério meio ambiente representa 1,10% dos 25% do ICMS a serem repassados para os municípios e tem diversos fatores para sua pontuação, vejamos:

- a) parcela de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total será distribuída aos municípios cujos **sistemas de tratamento ou disposição final de lixo ou de esgoto sanitário**, com operação licenciada pelo órgão ambiental estadual, atendam, no mínimo, a, respectivamente, 70% (setenta por cento) e 50% (cinquenta por cento) da população, sendo que o valor máximo a ser atribuído a cada município não excederá o seu investimento, estimado com base na população atendida e no custo médio "per capita" dos sistemas de aterro sanitário, usina de compostagem de lixo e estação de tratamento de esgotos sanitários, fixado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. (LEI n° 18.030/2009).

- b) o restante dos recursos será distribuído com base no **Índice de Conservação do Município**, calculado de acordo com o Anexo IV desta lei (Quadro 2), considerando-se as unidades de conservação estaduais, federais e particulares, bem como as unidades municipais que venham a ser cadastradas, observadas os parâmetros e os procedimentos definidos pelo órgão ambiental estadual. (LEI nº 18.030/2009).

O Quadro 02 apresenta o fator utilizado para classificar a conservação das diferentes categorias de Unidades de Conservação.

FATOR DE CONSERVAÇÃO PARA CATEGORIAS DE MANEJO DE UC'S.		
CATEGORIA DE MANEJO	CÓDIGO	FATOR DE CONSERVAÇÃO - FC
Estação Ecológica	EE	1
Reserva Biológica	RB	1
Parque	PAQ	0,9
Reserva Particular do Patrimônio Natural	RPPN	0,9
Reserva Particular de Recomposição Ambiental	RPRA	0,9
Floresta Nacional, Estadual ou Municipal.	FLO	0,7
Área indígena	AI	0,5
(1) Área de proteção ambiental I	APA I	1
(2) Zona de vida silvestre	ZVS	0,10
(3) Demais zonas	DZ	0,10
(1) Área de proteção ambiental II federal ou estadual	APA II	0,025
(2) Área de proteção especial	APE	0,1
Outras categorias de manejo definidas em lei e declaradas pelo poder público estadual, com o respectivo fator de conservação.		

Quadro 02: Fator de Conservação para as Categorias de Manejo de Unidades de Conservação.
Fonte: Lei nº 18.030/2009.

Nota: 1 - APA I dispõe de zoneamento ecológico-econômico; a APA II não dispõe de zoneamento.

Nota: 2 - APE: declarada com base nos arts. 13 e 14 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para proteção de mananciais ou do patrimônio paisagístico e arqueológico.

- c) a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável fará publicar, até o último dia do trimestre civil, os dados apurados relativos ao trimestre imediatamente anterior, com a relação de municípios habilitados segundo as alíneas "a" e "b" deste inciso, para fins de distribuição dos recursos no trimestre subsequente (LEI nº18.030/2009).

A proteção das Unidades de Conservação e o tratamento de saneamento básico são fatores de avaliação do critério meio ambiente. Essa lei nos apresenta dentre outros objetivos, a indução dos municípios a aumentarem sua arrecadação através da preservação ambiental (SANTOS; RODRIGUES, 2016) e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados por esses municípios, de modo de proporcione qualidade de vida à população.

Considerando os problemas socioeconômicos gerados pelo PERD à população, pela restrição do uso e ocupação do solo e exploração de matéria prima, e considerando o possível entrave ao desenvolvimento do município, o ICMS Ecológico surge como um mecanismo de compensação financeira e de incentivo à biodiversidade (LOUREIRO, 2002).

Por se tratar de um recurso discricionário à gestão dos agentes públicos municipal, o ICMS Ecológico possibilita eficiência como elemento garantidor dos direitos fundamentais e da qualidade de vida das populações locais (CAMARGO, et al, 2012).

Por conseguinte, entende-se que o ICMS Ecológico é um suporte na pirâmide do desenvolvimento, que equilibra a economia e o meio ambiente e por consequente melhora a qualidade de vida das pessoas. O ICMS Ecológico, aliado ainda a indispensável à ação estatal, evidencia a mobilização social em prol da melhoria na qualidade de vida, com mudança de concepção acerca dos valores dos espaços tidos como empecilhos para o desenvolvimento (PIRES, 2008).

Marliéria em 2017 foi o município mineiro que recebeu maior valor de repasse financeiro de ICMS, referente ao critério de meio ambiente. Foi repassado a Marliéria em 2017, o valor de R\$ 1.952.775,60, o segundo município com o maior repasse foi Timóteo, com o valor R\$ 1.318.037,74, e o terceiro foi São João Batista do Glória. Timóteo, o segundo município que tem a maior área preservada do Parque Estadual do Rio Doce, e São João Batista do Glória é um município predominantemente rural, com diversas cachoeiras, trilhas, piscinas naturais, riachos, lagoas e outros atrativos naturais, além disso, é vizinho do Parque Nacional Serra da Canastra.

Conforme se observa na tabela 04, os valores de ICMS Ecológico recebidos por Marliéria evoluíram ao longo dos anos, e tornou-se o município de maior repasse nesse

critério, a partir de 2011, com a promulgação do novo percentual para o critério meio ambiente.

ICMS ECOLÓGICO RECEBIDO EM MARLIÉRIA – 2010 a 2017		
ANO	VALORES	POSIÇÃO EM MINAS GERAIS
2017	R\$ 1.952.775,60	1°
2016	R\$ 1.816.396,73	1°
2015	R\$ 1.734.486,05	1°
2014	R\$ 1.719.026,84	1°
2013	R\$ 1.680.579,14	1°
2012	R\$ 1.467.100,56	1°
2011	R\$ 1.461.592,81	1°
2010	R\$ 1.095.193,40	3° (1° foi Belo Horizonte, 2° foi Uberlândia)

Tabela 04: ICMS Ecológico recebido por Marliéria – 2010 a 2017.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

Dos R\$ 3.459.538,99 recebidos de repasse do ICMS no ano de 2017 por Marliéria, 58,11 % é referente ao critério meio ambiente. Entre 2013 e 2016, o valor do ICMS Ecológico representou entre 57,0 e 59,0% do repasse total feito ao município (Anexos 02 a 06).

Em 2017, o valor proveniente do repasse do ICMS à Marliéria representou 18,71% de toda receita pública realizada naquele ano. E o critério meio ambiente sozinho representou 10,87% (2.010.363,79).

Podemos, portanto aferir que os valores são relevantes, e impactam positivamente as finanças públicas do município, possibilitando uma gestão igualitária dentro dos direitos fundamentais dos cidadãos.

4. ESTUDO SOBRE A OPINIÃO DOS MORADORES DE MARLIÉRIA ACERCA DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de identificar a opinião da população de Marliéria a respeito do desenvolvimento do município e a relação do PERD como oportunidade ou obstáculo para a promoção desse desenvolvimento, foi realizado um survey.

O survey destacou questões relacionadas às características individuais, buscando captar o nível de conhecimento da população sobre temáticas relacionadas a essa pesquisa. Buscamos a solicitação de informações de um grupo significativo de pessoas acerca do objeto estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, para obtermos as conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL, 2008).

A população do município foi caracterizada segundo a sua distribuição etária, por sexo, por nível educacional, por situação de domicílio e ocupação, tendo como base os dados do Censo Demográfico de 2010.

Foi realizada uma amostragem aleatória simples sem reposição e, considerando-se um universo de 1.244 domicílios no município, um nível de confiança de 95,0% e uma margem de erro de 5,0%, foram entrevistados 290 representantes de domicílio, devendo esses possuir idade superior a 18 anos.

Para o cálculo da margem de erro foi utilizada a seguinte equação, (CORREA, 2003).

$$E = z_{\alpha/2} \sqrt{\frac{p \cdot q}{n}} \sqrt{\frac{N - n}{N - 1}} \quad \text{onde;}$$

N é tamanho da população;

n é o tamanho da amostra;

$p = x/n$ é a probabilidade de que o evento ocorra em uma amostra de tamanho n ;

$q = 1-p$ é a probabilidade de que o evento não ocorra em uma amostra de tamanho n ;

$z_{\alpha/2}$ é o valor crítico que separa os valores das estatísticas amostrais prováveis de ocorrerem dos valores pouco prováveis. Ele irá delimitar uma fronteira vertical de uma área $\alpha/2$ na cauda direita da distribuição normal padronizada. Para um nível de confiança de 95% temos que $z_{\alpha/2}$ é igual a 1,96.

$\sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$ é o fator de correção para população finita⁹.

Como não escolhemos *a priori* nenhum parâmetro para encontrar os valores de p e q , atribuímos a estes o valor de 0,5, o que assegura um tamanho máximo para a amostra. “A principal característica da amostra probabilista é o fato de todos os elementos da população terem a mesma chance de serem escolhidos, resultando em uma amostra representativa da população”. (FREITAS, et al., 2000, p. 106).

Os dados levantados foram codificados e tabulados, e posteriormente foram realizadas análises descritivas, considerando os percentuais dos dados quantitativos. As análises estatísticas têm como resultado a obtenção de informações desejadas, de acordo com as variáveis em estudo: que podem ser qualitativas, que têm como resultado atributos ou qualidades (por exemplo, sexo), ou quantitativas, que têm como resultado números de determinada escala, (por exemplo, tempo de moradia). (FREITAS, et al., 2000).

Para a realização das entrevistas foi utilizado um questionário estruturado como instrumento de coleta (Apêndice 01). O questionário foi dividido em dois blocos, sendo que o primeiro objetivava caracterizar o perfil dos entrevistados, enquanto o segundo buscava identificar a relação desses com o parque (uso público, benefícios, malefícios, entre outros) e o município de Marliéria, além de conter questões cujo objetivo era o de captar a opinião dos entrevistados sobre desenvolvimento e qualidade de vida.

Participaram da coleta de dados 14 pesquisadores, e todos foram treinados pelos coordenadores. Inicialmente o pesquisador apresentou-se e elucidou a pesquisa e os objetivos da mesma, ressaltando que o entrevistado poderia, a qualquer momento, interromper a entrevista ou mesmo desistir de sua participação nessa. Foi garantido ao entrevistado total sigilo sobre as informações que fossem coletadas. Havendo o consentimento do morador em participar e após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice 02 –, foram coletadas as informações.

As entrevistas foram realizadas ao longo de dez dias de trabalho de campo, nos meses de junho e julho de 2018, abrangendo a sede do município de Marliéria, o distrito de Cava Grande e sete comunidades rurais.

Para identificar as possíveis dificuldades durante a aplicação dos questionários realizou-se um estudo piloto no mês de maio, sendo aplicados oito questionários na sede de Marliéria.

⁹ No caso deste estudo, dado $N=5.738$ e $n=360$, a fração de amostragem (n/N) é igual a 0,063. Populações com fração de amostragem maior que 0,05 são consideradas populações finitas.

Após o teste piloto algumas questões foram revisadas e o texto ajustado para o questionário final.

Este projeto foi aprovado sem ressalvas, em 02 de abril de 2018, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce (CEP- UNIVALE). O número do parecer é 2.573. 682 (Anexo 7).

4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados 61 moradores (21,0% de n=290) residentes na sede do município de Marliéria; 92 moradores (31,7% de n=290) residentes nas comunidades rurais (Santa Rita, Santo Antônio da Mata, Antunes, Santa Rita, Inácias e Mundo Novo) e 137 moradores (47,2%) residentes no distrito de Cava Grande. Os percentuais são proporcionais à distribuição populacional no município.

O percentual de homens entrevistados (51,7%) foi ligeiramente superior ao de mulheres (48,3%). Com relação à idade, ela variou entre 17 e 88 anos, sendo a idade média 47 anos, com um desvio padrão de 16 anos. Os entrevistados foram distribuídos de forma aproximadamente igual entre os grupos etários.

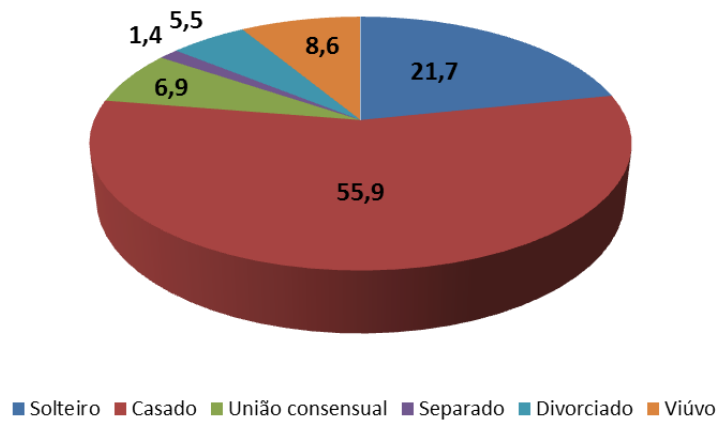
Tabela 5 – Distribuição percentual dos entrevistados por sexo e grupos etários

Grupo etário	Sexo	
	Masculino	Feminino
17 a 33 anos	24,0	22,1
34 a 46 anos	22,0	28,6
47 a 58 anos	26,7	26,4
Acima de 58 anos	27,3	22,9
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

Com relação ao estado civil, como pode ser visualizada na Figura 9, a maior parte dos entrevistados era casado (55,9%), sendo que os solteiros constituíram o segundo maior grupo (21,7%).

Figura 9 – Distribuição percentual dos entrevistados por estado civil



Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

O nível de escolaridade dos entrevistados é baixo, com 53,8% desses tendo concluído, na época da realização da pesquisa, no máximo o ensino fundamental. Os que haviam concluído o ensino médio totalizaram 20,7% e os que haviam concluído um curso superior, apenas 9,3%.

Na Tabela 6 temos o nível de escolaridade por sexo do entrevistado. Vê-se que as mulheres superam os homens tanto nos níveis de escolaridade mais baixos quanto nos mais elevados. O número de mulheres com no máximo ensino fundamental incompleto (43,6%) é em torno de 10 pontos percentuais maior que o de homens com o mesmo nível de escolaridade (32,7%). Por outro lado, O percentual de mulheres que concluíram o ensino superior (15,7%), supera o de homens (3,3%) em mais de 12 pontos percentuais.

No caso das mulheres, 34,3% possuíam baixa escolaridade e idade superior a 47 anos, enquanto o grupo dos homens com as mesmas características correspondia a 25,3% desses. Quando consideramos os homens com ensino superior completo (n=5), temos que três (60,0%) possuíam mais de 46 anos na época de realização e dois tinham idade entre 34 e 46 anos (40,0%). O número de mulheres com ensino superior (n=22), além de ser bem maior, é melhor distribuído entre os grupos etários, sendo que as com idade superior a 46 anos totalizaram 27,3% das entrevistadas, as com idade entre 34 e 46 anos, 54,5%, e as com idade inferior a 34 anos, 18,2%. Ou seja, os dados apontam para um maior investimento na educação e capacitação por parte mulheres, com destaque para as gerações mais jovens.

Chama a atenção o fato de que mais da metade dos entrevistados (53,4%) não nasceu em Marliéria. Entre os que nasceram no município, 41,0% sempre morou em Marliéria e

5,6% já havia residido em outro município, sendo que desses, apenas um indivíduo havia residido anteriormente nos Estados Unidos, com todos os demais tendo como local de origem municípios brasileiros.

Entre os que não nasceram em Marliéria (n=155), 94,2% eram nascidos em municípios do estado de Minas Gerais, sendo que 68,4% nasceram em municípios localizados em um raio de 100 quilômetros, com destaque para Timóteo (21,9%), Dionísio (9,7%), Coronel Fabriciano (7,7%) e Jaguaráçu (5,2%).

Tabela 6 – Distribuição percentual dos entrevistados por sexo e nível de escolaridade

Escolaridade	Sexo		População
	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	4,00	4,29	4,14
Sem instrução (nunca frequentou escola)	2,00	2,14	2,07
Ensino fundamental incompleto	26,67	37,14	31,72
Ensino fundamental completo	21,33	10,00	15,86
Ensino médio incompleto	16,00	6,43	11,38
Ensino médio completo	21,33	20,00	20,69
Ensino superior incompleto	5,33	4,29	4,83
Ensino superior completo	3,33	11,43	7,24
Especialização (lato sensu)	0,00	4,29	2,07
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

Entre os que nasceram em Marliéria, mas que já haviam residido anteriormente em outro lugar (n=16), a maioria (87,5%) tinha também um município mineiro como último local de residência, com destaque para Timóteo e Coronel Fabriciano, ambos com 25,0% dos indivíduos desse grupo.

Mais da metade (57,8%) dos entrevistados trabalhava na época da realização da pesquisa. Entre os homens, as principais ocupações eram: trabalhador na construção civil (18,5%), comerciante (10,7%) e trabalhador rural (9,71%). Já entre as mulheres, as principais ocupações eram: diarista ou empregada doméstica (23,4%), trabalhador da educação (18,8%),

– profissionais com nível superior – e comerciário (14,1%). Na Tabela 7 estão listadas, por sexo, as principais ocupações dos entrevistados.

Entre os que não estavam trabalhando na época da realização da pesquisa (n=123), 61,0% tinham a aposentadoria como principal fonte de renda, 22,0% eram dona de casa que não trabalhavam dependendo financeiramente da renda do marido, 8,9% estavam desempregados e 8,1% recebiam bolsa família ou outro benefício relacionado a programas sociais.

Tabela 7 – Renda domiciliar por regiões específicas do município de Marliéria

Renda domiciliar	Sede- Marliéria (n=61)	% acum.	Cava grande (n=137)	% acum.	Zona rural (n=92)	% acum.	Total de domicílios (n=290)	% acum.
Menos de meio salário mínimo (menos de R\$477,00)	0,00	0,00	5,11	5,11	5,43	5,43	4,14	4,14
Entre meio e 1 salário mínimo (Entre R\$477,00 e R\$954,00)	21,31	21,31	29,20	34,31	53,26	58,70	35,17	39,31
Entre 1 e 2 salários mínimos (Entre R\$954,00 e R\$1.908,00)	32,79	54,10	30,66	64,96	25,00	83,70	29,31	68,62
Entre 2 e 3 salários mínimos (Entre R\$ R\$1.908,00 e R\$2.862,00)	14,75	68,85	8,03	72,99	3,26	86,96	7,93	76,55
Entre 3 e 4 salários mínimos (Entre R\$2.862,00 e R\$3.816,00)	14,75	83,61	7,30	80,29	3,26	90,22	7,59	84,14
Entre 4 e 5 salários mínimos (Entre R\$ R\$3.816,00 e R\$4.770,00)	3,28	86,89	2,19	82,48	3,26	93,48	2,76	86,90
Entre 5 e 10 salários mínimos (Entre R\$4.770,00 e R\$9.540,00)	8,20	95,08	2,92	85,40	0,00	93,48	3,10	90,00
Acima de 10 salários mínimos (Acima de R\$ R\$9.540,00)	1,64	96,72	0,00	85,40	0,00	93,48	0,34	90,34
Não sabe	1,64	98,36	0,73	86,13	4,35	97,83	2,07	92,41
Não quis responder	1,64	100,00	13,87	100,00	2,17	100,00	7,59	100,00
Total	100,00	***	100,00	***	100,00	***	100,00	***

Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

4.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa demonstrou que apenas 5,9% dos entrevistados (n=290) acreditam que o PERD atrapalha o desenvolvimento do município, enquanto 61,7% desses afirmaram que ele contribui. Entre os que consideraram que o parque seria um entrave para o desenvolvimento (n=17), os principais motivos apresentados foram a impossibilidade de expansão da cidade (47,1%) e de instalação de indústrias e outros tipos de empresas (23,5%).

Uma possível explicação para o baixo percentual de pessoas que consideram o parque como um entrave ao desenvolvimento de Marliéria está ligado à própria formação histórica do território que, ao contrário de outras Unidades de Conservação cuja criação se deu a partir de disputas territoriais– como o Parque Nacional da Serra da Canastra (FERREIRA, 2013) e o

Parque Estadual Serra do Brigadeiro (SILVA, 2012) o PERD teve sua criação de forma menos conflituosa (MELO, 2001). Outro dado a ser ressaltado é que 53,4% dos entrevistados (n=290) não nasceram em Marliéria, portanto, mais da metade dos entrevistados escolheram morar em Marliéria.

As atividades educativas e de lazer, os eventos sociais, culturais e religiosos, também contribuem para a argumentação em relação ao baixo percentual de entrevistados que considera o parque um entrave ao desenvolvimento. Nos domicílios que compuseram a amostra, em 93,8% (n=290) o entrevistado ou alguém da família já havia visitado o parque, sendo que 76,5% (n=272) dos entrevistados afirmaram que já haviam realizado alguma atividade de lazer no PERD ou que alguém da família já havia realizado. Entre as principais atividades de lazer realizadas se destacam (n=208): piqueniques (73,1%), passeio de barco (62,0%), trilha (57,7%), pesca (42,3%) e ensaios fotográficos (37,0%), churrasco (15,9% de n=208) e acampamento (11,1%).

Atividades educativas no PERD foram realizadas por 61,5% (n=272) dos entrevistados ou por alguém de sua família. As principais atividades foram (n=168): assistir palestras e/ou seminários (85,1%), assistir filmes e/ou documentários (58,9%), assistir aula (58,3%), participar de excursão escolar (2,4%) e realizar curso de brigadista (1,8%).

Os entrevistados ou alguém de suas famílias também participaram de eventos culturais realizados no PERD (58,5%; n=272). Entre os eventos culturais se destaca a Romaria Ecológica, (88,1%), que conta anualmente com a participação maciça da população do entorno do PERD (Marliéria, Timóteo e Dionísio) e também de moradores de outros municípios. Outras atividades culturais nas quais os entrevistados ou alguém de suas famílias participaram foram o as rodas de contação de histórias - o “Contos e Casos” - (39,0%) e participação na feira de artesanato (33,3%).

O parque também promove atividades educativas e sociais em outros locais no município, como sítios, praças, escolas e na estrada principal de acesso ao parque. Nos domicílios visitados (n=272), 41,2% dos entrevistados ou alguém da sua família haviam participado dessas atividades, sendo que as principais listadas (n=112) foram: palestras com a temática ambiental, cursos e treinamentos (49,1%), eventos de reflorestamento (23,2%), atividades de educação ambiental (4,5%), teatro (3,6%), cinema (3,6%) e exposições/feira de flores (3,6%).

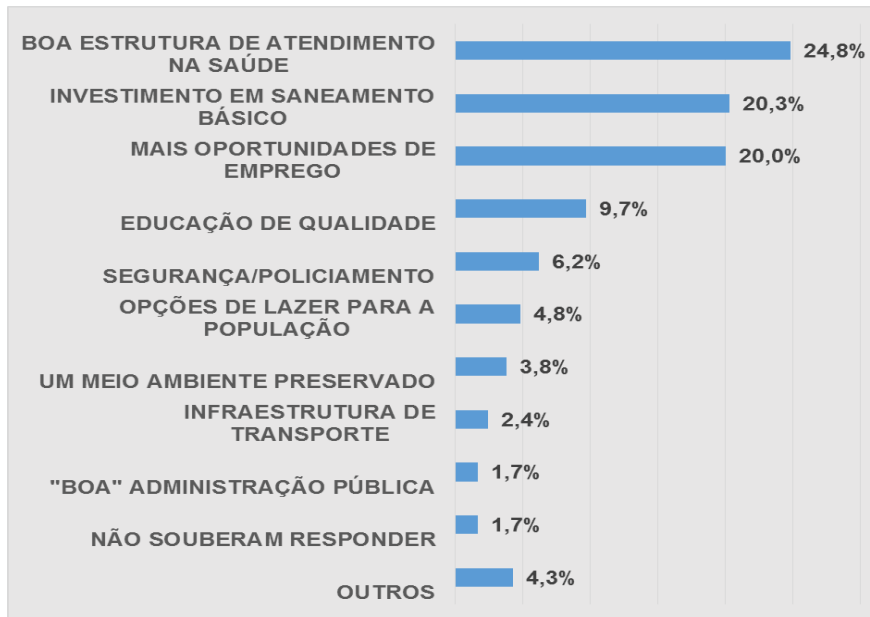


Figura 10: Elementos que garantem qualidade de vida aos moradores de uma cidade. Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

Oitenta e cinco por cento dos entrevistados (n=289) afirma também que o parque não traz problemas para o município. Apenas de 11,8% afirmaram o contrário, pontuando como principais problemas (n=34): a impossibilidade na instalação de indústrias (29,4%), a fiscalização nas comunidades (17,6%), o perigo pela proximidade com os animais (14,7%), o empecilho à ampliação do centro urbano (5,9%), proliferação de doenças (5,9%) e a caça e pesca ilegal (5,9%) (figura 11).

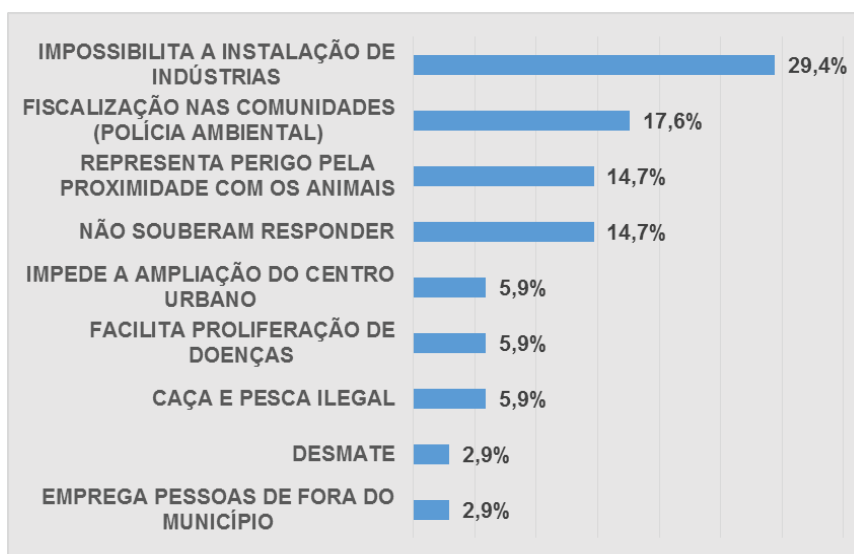


Figura 11: Problemas gerados pelo PERD em Marliéria. Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

Quando indagados se o PERD seria bom para o município de Marliéria, 91,7% (n=289) dos entrevistados responderam que sim. Os principais benefícios apontados pelos entrevistados (n=266) estão ligados a três fatores, a saber: o econômico (47,1%); associado à geração de renda direta com o ICMS Ecológico; e indireta com o turismo ecológico e as pousadas; o social (28,6%), como possibilidade de lazer; e o ambiental (18,4%), relacionado à preservação da biodiversidade e contato direto com a natureza.

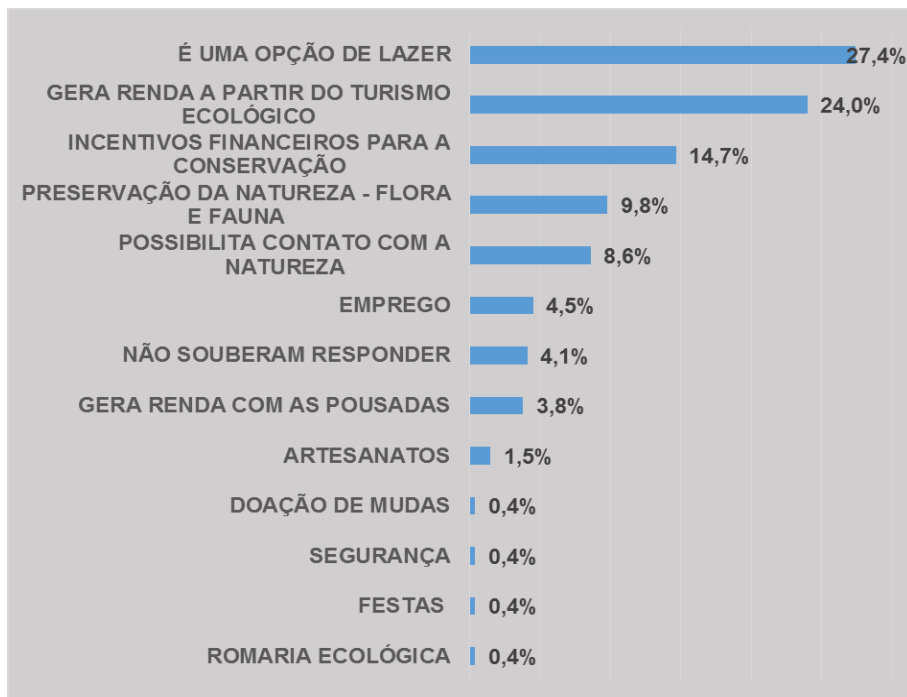


Figura 12: Benefícios gerados pelo PERD em Marliéria.

Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

O recebimento do ICMS Ecológico pelo município de Marliéria é um fato conhecido pela maioria dos entrevistados, sendo que 51% (n=290) afirmaram que conhecia ou já havia ouvido falar sobre o ICMS Ecológico e 66,9% (n=290) sabia que o município recebe dinheiro devido à existência do PERD e demais áreas protegidas, mesmo que a nomenclatura – ICMS Ecológico – não tenha sido identificada por todos. Ademais, entre os que sabiam que o município recebia recursos, 19,1% afirmaram que o valor recebido era extremamente importante para o orçamento do município, 36,1% consideraram o valor muito importante e 27,3% importante.

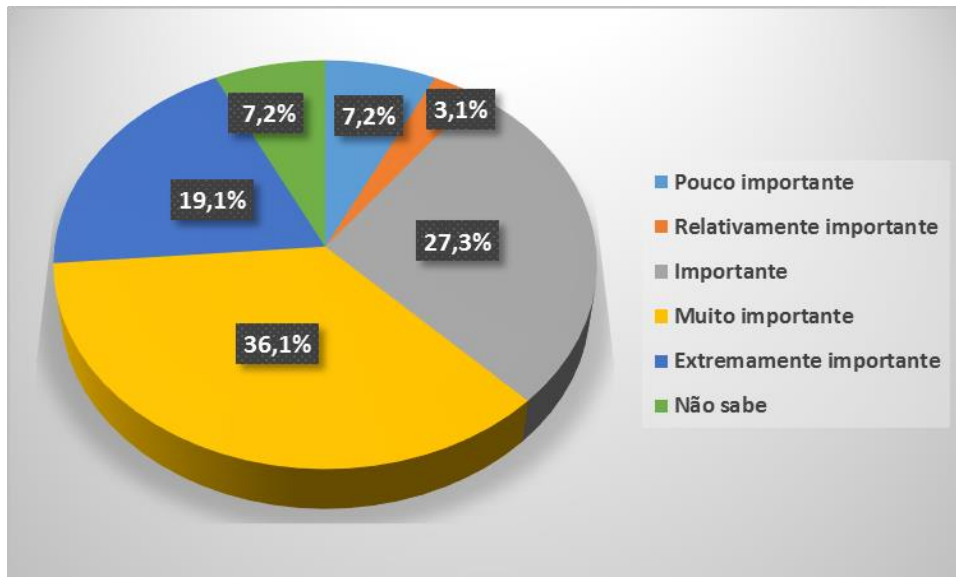


Figura 13: Opinião dos moradores de Marliéria sobre a importância do ICMS Ecológico para o município. As opções dadas aos entrevistados variaram numa escala de 1 a 5, onde 1 equivale a pouco importante e 5 equivale a extremamente importante.
Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

O reconhecimento do ICMS Ecológico pela maioria dos entrevistados como relevante para o município, coopera com a opinião de 61,7% (n=290), de que o parque contribui para o desenvolvimento, tendo em vista que o recebimento desse tributo é uma das motivações utilizadas como justificativa dessas pessoas (17,9% de n=179). Note-se aqui que entre os 32,4% dos entrevistados (n=290) que afirmaram que o PERD não atrapalha e nem contribui para o desenvolvimento ou que não souberam responder à questão, 54,3% não sabiam que o município recebia recursos do ICMS Ecológico (n=94).

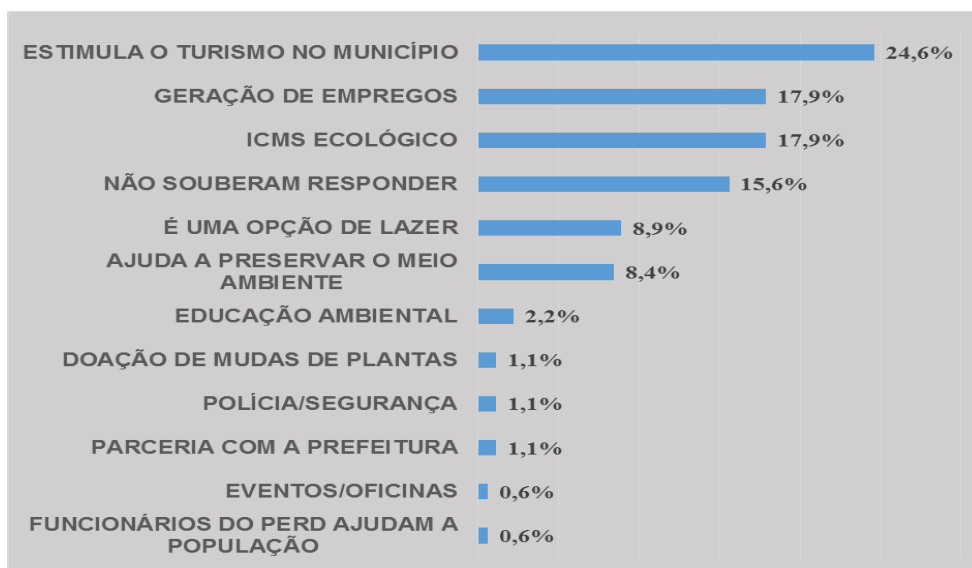


Figura 14: Motivos pelos quais o PERD contribui para o desenvolvimento.
Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

A contribuição do PERD para o desenvolvimento também está associada a contribuição na geração de empregos, dado que 77,5% dos entrevistados (n=289) dos entrevistados acredita que o parque gera empregos para os municípios, enquanto 17,3% acham que não. Logo, o fato do parque gerar oportunidades de empregos faz com que ele colabore com a melhoria na qualidade de vida dos moradores, uma vez que os mesmos citaram como elemento fundamental para tal.

Observa-se que as maiores contribuições do PERD para o desenvolvimento estão relacionadas a fatores econômicos e financeiros, sendo que o principal é o estímulo ao turismo ecológico (24,6% de n=179) que, por consequência, gera o aquecimento da economia local. Quando analisados os benefícios gerados pelo parque ao município, é possível identificar que os principais também estão associados ao crescimento econômico do município e ao incentivo financeiro pela conservação.

No momento em que as oportunidades de emprego estão diretamente relacionadas à “instalação de indústrias e de outras empresas” no município, os interesses do parque tornam-se conflitantes com os interesses do capital. É possível identificar os interesses de uso e ocupação do solo de forma exploracionista, especialmente pela parcela de entrevistados que acreditam que o parque traz problemas. Em relação a perspectiva de geração de empregos associada a expansão das atividades comerciais e indústrias, podemos pontuar a perda da relação de sustento com a terra e dos costumes dos pequenos produtores, o que os afasta da natureza que, por vezes, passa a ser a ser identificada como um entrave -, como exemplo temos o corte de árvores, que acarreta fiscalização e multas para os mesmos. Perde-se cada vez mais o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural, a ideia de preservacionismo ou da natureza intocável afasta a população do sistema de conservação, e das formas de utilização dos recursos naturais e do uso do solo. (DIEGUES, 2008).

MELO (2001) em sua tese sobre a qualidade de vida da população no entorno do PERD, concluiu em sua pesquisa que o desenvolvimento do macroambiente, especificamente no entorno do PERD:

Caracteriza por uma situação histórica de estagnação, em termos de reprodução simples ou de subsistência da atividade agropecuária e, inclusive, de decadência socioeconômica da sua população, que apresentou uma redução em sua taxa média de crescimento; com carências em termos de infraestrutura básicas, sócio-institucionais e organizações. (MELO, 2001, p. 98).

Segundo MELO (2001) ocorreu uma estagnação nas atividades rurais, que compromete o desenvolvimento econômico e social dos municípios no entorno. O sistema de produção local é de baixo nível tecnológico e de capitalização.

Os resultados indicaram que o sistema de produção dos agricultores familiares do entorno do PERD, não proporcionou em termos gerais, capacidade real de pagamento suficiente para remunerar todos os fatores e para reinvestir no aumento da produtividade dos recursos e humanos, com efeitos sobre o nível de segurança financeira (MELO, 2001, p.99).

Na pesquisa atual, temos que se por um lado a população demanda empregos, por outro se destaca a importância e as oportunidades de investimentos dentro da UC e na área externa a ela, especialmente na geração de empregos, como de monitores ambientais, guias de parque, auxiliares de limpeza, viveiristas e outros cargos que, uma vez ocupados, aumentariam a produção de mudas, proporcionariam suporte para os turistas e também para os pesquisadores. É importante também o incentivo aos produtores rurais, visando compatibilizar preservação e exploração.

Os dados da pesquisa de Melo, em 2000, apontaram que, naquela época, que as atividades de produção rural já estavam em crise. Alguns fatores podem justificar essa situação: como a falta de incentivos financeiros para o investimento tecnológico e para a qualificação do produtor rural, pouca informação e instrução sobre o meio rural e as possibilidades de utilização dos mesmos para fins de subsistência e acréscimo econômico, tudo isso levando a uma ruptura na relação do homem com a natureza.

Ademais, 20,0% (n=290) dos entrevistados acreditam que para a melhoria na qualidade de vida dos moradores, é preciso que haja oportunidades de emprego no município. A disponibilidade de empregos está diretamente relacionada ao desenvolvimento do município, é o que pensa 33,8% (n=263) dos entrevistados, que afirmam que Marliéria não é uma cidade desenvolvida pela falta de oportunidades de empregos e 10,6% (n=263) que acha que é pela falta de empresas instaladas no município.

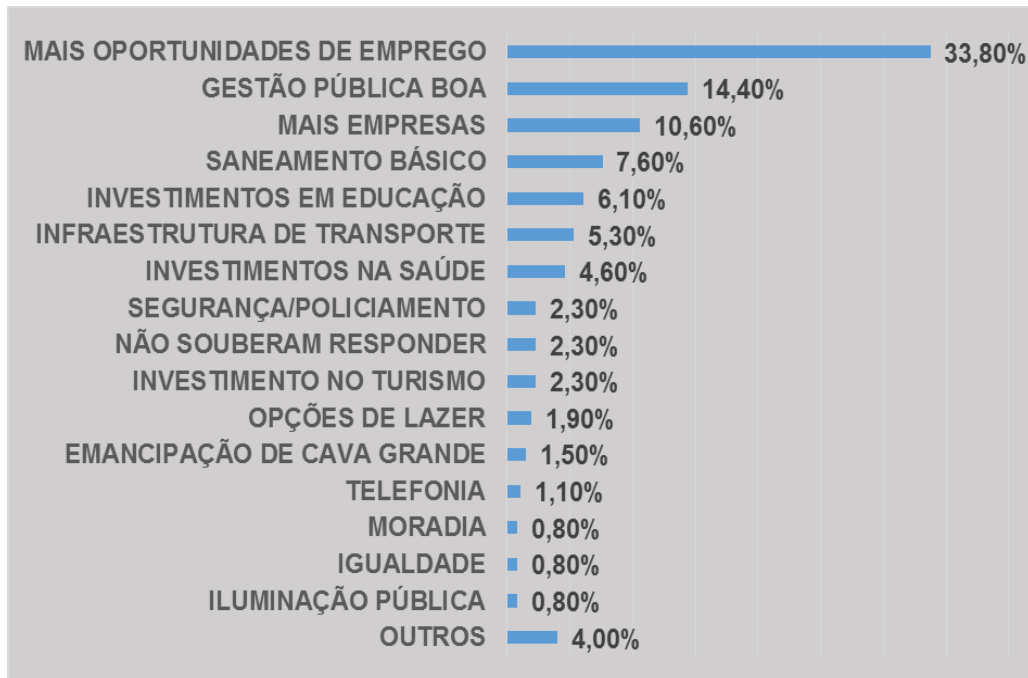


Figura 15: Coisas que faltam para que Marliéria seja uma cidade desenvolvida.

Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

Portanto, para a população de Marliéria, pode-se verificar que o PERD é identificado como uma oportunidade de desenvolvimento, visto que, para a maioria, ele proporciona benefícios econômicos, sociais e ambientais para o município e para sua população.

Entretanto, podemos realizar algumas ponderações importantes identificadas nesta pesquisa. O principal ponto está no posicionamento dos moradores que consideram o crescimento econômico como fim para o desenvolvimento. Para desenvolver, é preciso ampliar a área de urbanização, instalar indústrias, estimular o comércio, enfim, promover um acréscimo na economia que atualmente não existe. O crescimento econômico é um fim para o desenvolvimento, não um meio. A concepção de meio ambiente como matéria (RAFFESTIN, 1993) que precisa necessariamente ser transformada em recurso financeiro, está presente nos discursos de crescimento econômico a qualquer preço, onde o valor matéria meio ambiente puramente não existe.

A pesquisa demonstrou que embora 94,1% (n=289) dos entrevistados já tenham visitado o parque ou alguém de sua família já tenha feito, embora a opção de lazer disponibilizada pelo parque seja o maior benefício gerado pelo mesmo, segundo 27,4% (n=266) dos entrevistados; a maior parte dos entrevistados (75,9%) afirmou que a visitam raramente, sendo que apenas 4,5% a visitam uma vez por mês (n=272).

Verifica-se que apesar do reconhecimento do PERD como oportunidade para o desenvolvimento, como benéfico para o município e para a qualidade de vida, a população

não tem apego ao ponto de inseri-lo no seu cotidiano. Logo, o parque é bom para a população, ela reconhece suas vantagens – inclusive quando se trata do incentivo financeiro do ICMS Ecológico –, contudo vive-se uma vulnerabilidade quando se trata de desenvolvimento, pois os atrativos econômicos são mais reconhecidos e supostamente mais importantes que os ganhos sociais e ambientais.

O estímulo ao turismo ecológico foi apontado por 24,6% (n=179) como oportunidade de desenvolvimento gerada pelo parque, situação que demonstra que essa parcela reconhece o retorno econômico direto a partir do turismo e não só através do repasse financeiro do ICMS Ecológico, que é discricionário, podendo ou não contribuir economicamente para o município. Ainda assim, quando indagados sobre o que falta para que Marliéria seja uma cidade desenvolvida, apenas 2,3% dos entrevistados (n=263) afirmaram que deveria haver mais investimentos no turismo. A visão de exploração econômica da UC mediante o uso público parece não estar incorporada nos ideais dos marlierenses, possivelmente pelo desconhecimento em relação aos benefícios, principalmente econômicos, que tanto a população anseia.

O uso público em Unidades de Conservação gera grandes contribuições para o município, devido ao aumento do número de turista e nos valores dispendidos por eles. (YOUNG; MEDEIROS, 2011).

Apreende-se que mesmo quando os gastos ocorrem dentro das UCs, eles retomam para a população como um aditivo econômico, social e ambiental, pois o valor arrecado pelo uso público nas UCs retorna como investimento para a mesma e, se bem aplicados, garantem um aumento no fator de qualidade que parametriza o repasse do ICMS Ecológico. Logo, retorna como recurso financeiro para o município. Além disso, esses investimentos empregados nas UCs garantem melhorias na infraestrutura, no acesso, na disponibilização de atrativos e na qualidade do meio ambiente. Inclusive a preservação da biodiversidade e a disponibilidade da natureza aparecem como terceiro maior benefício para o município.

Estudos conduzidos por Young e Medeiros (2011) concluem que o impacto econômico do turismo nas áreas de influência de Unidades de Conservação brasileiras, seria entre 5,8 milhões e 6,7 milhões por ano. No caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), que executou em 2009, cerca de 2,2 milhões em sua gestão, a estimativa de impacto econômico local fica entre 7 e 8 milhões.

Caso o Parque Nacional da Serra dos Órgãos fosse substituído por indústrias ou outras empresas comerciais, e se considerarmos somente seu retorno econômico, existe a possibilidade de que desse impacto na econômica fosse maior, entretanto os benefícios

ambientais não seriam contemplados. O desenvolvimento em sentido ampliado e a qualidade de vida da população estariam prejudicados, visto que o crescimento econômico associado a destruição ambiental, a poluição e as distorções de urbanização não garantem qualidade de vida as populações, nem sequer desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002).

A percepção dos moradores em relação aos benefícios das UCs podem potencializar esses benefícios ou enfraquecê-los. No estudo realizado em uma comunidade localizada no Parque Nacional do Catimbau (PNC), em 2008, foi identificado que apenas uma pequena parcela dos moradores reconhece a atividade ecoturística como promissora para a comunidade, especialmente após a criação do parque (SILVA; MAIA, 2008). Apesar da pesquisa do PERD não suscitar diretamente a questão ecoturística, observa-se que o turismo é identificado pela população como importante. Entretanto, os investimentos na instalação de indústrias e de abertura de novas empresas aparentam ser mais atraentes que os investimentos no turismo.

Fica evidente nos resultados da pesquisa, o processo de desenvolvimento como amplo e complexo (OLIVEIRA, 2002), onde os fatores de ordem econômica, social e ambiental se conectam para atender as mais diversificadas necessidades do território e conseqüentemente da população. A boa relação da população com parque demonstra que o estabelecimento da UC no território se deu de forma amistosa ao longo dos anos, possivelmente fomentada pelos gestores dos órgãos ambientais e prefeituras. Essa relação permanece até os dias atuais.

Os processos globais tendem a mudar a dinâmica cultural dos lugares (ESCOBAR, 2005) tornando-os homogêneos, mesmo com suas particularidades ambientais, sociais, culturais e econômicas. E a população, como elemento influente e influenciável, está suscetível às mudanças que a globalização e o crescimento econômico propõe frente ao chamado desenvolvimento. Assim como observado na pesquisa, a ideia de globalização econômica está inserida na visão dos marlierenses, mesmo que o parque seja reconhecido como uma oportunidade para o desenvolvimento.

O paradoxo entre o local e o global presentes em Marliéria, as imagens locais e a cultura vivenciada no lugar (PORTO-GONÇALVES, 2004), como se pode identificar nos benefícios listados pelos entrevistados, tal como o contato com a natureza e o lazer. Contudo, o afastamento do homem com a terra e da técnica aplicada a ela, as políticas públicas atuais cada vez mais voltadas para a exploração dos recursos naturais em busca do desenvolvimento e a proposta de desenvolvimento pautada na industrialização, tende a romper gradualmente as fronteiras territoriais e culturais de Marliéria.

Em termos gerais, a população de Marliéria considera o valor social e ambiental do PERD para o desenvolvimento do município. Entretanto, seu valor econômico é identificado pela população como principal oportunidade de desenvolvimento, seja pelo incentivo do ICMS Ecológico ou pelo ecoturismo.

Os resultados demonstram que os moradores têm uma visão de desenvolvimento segundo a tríade ambiente-sociedade e economia. Embora indiquem que o lazer, a preservação ambiental e a educação ambiental sejam importantes, simultaneamente eles apontam para uma carência no setor econômico municipal, que é enfatizada pela falta de comércio e indústria no município.

Considerando que a escassez de emprego e empresas são as principais deficiências de Marliéria no que tange o desenvolvimento, segundo os entrevistados, e que a impossibilidade de instalação de indústrias e comércio é o principal entrave gerado pelo PERD, tem-se uma situação de vulnerabilidade do meio ambiente em interesse do intitulado desenvolvimento. Cenário esse que pode ser revertido mediante aplicação de investimentos financeiros, que favoreçam o turismo ecológico, como melhorias na infraestrutura do parque e do município, oferta de transporte urbano e melhorias no acesso das estradas ao parque, disponibilização de guias para turistas e pesquisadores, monitores ambientais, agentes de parque, guarda-parques, instrutores para trilhas, pesca amadora e reciclagem, professores de artes cênicas e pinturas, entre tantas outras atividades que o parque pode oferecer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada identificou que a maior parte dos entrevistados considera o Parque Estadual do Rio Doce como uma oportunidade para o desenvolvimento de Marliéria. Os principais entraves ao desenvolvimento apontados pelo pequeno percentual de entrevistados que pensa o contrário (6,0%) estão relacionados à impossibilidade na instalação de indústrias e comércios e de ampliação do centro urbano. As principais oportunidades apontadas também estão relacionadas ao crescimento econômico municipal (turismo ecológico, geração de empregos) e/ou o incentivo financeiro gerado pelo ICMS Ecológico.

O desenvolvimento para os marlierenses também está relacionado às vertentes sociais e ambientais, entretanto a base econômica é identificada como o principal benefício do PERD. O território como recurso é funcional (Haesbaert, 2004), ora funciona como “moradia”, ora como “lazer”, ora como “emprego”, varia de acordo com o modelo de sociedade.

O desenvolvimento pautado no crescimento econômico – e esse, como sinônimo de industrialização – responde aos anseios da ordem mundial capitalista que, conseqüentemente, tornam os lugares globais, fazendo com que percam suas características culturais e particularidades locais (ESCOBAR, 2005). O que ocorre em Marliéria é exatamente essa tentativa de rompimento das fronteiras territoriais e culturais, dos atores econômicos, em prol do desenvolvimento, uma mudança de comportamento em relação à mobilização dos recursos (RAFFESTIN, 1993). Posto que os principais atributos do parque estão associados aos aspectos econômicos e financeiros, e que a população desconhece e/ou não se incita pelas fontes de renda provenientes do conservadorismo, e que, pelo contrário, o exploracionismo é reconhecido como mais relevante e efetivo, tem-se como resultado que apesar do parque ser reconhecido como oportuno, sua vulnerabilidade é alta.

A população tem conhecimento sobre o ICMS Ecológico e de sua importância para as finanças públicas. O tributo é identificado pelos marlierenses como um instrumento de compensação financeira pela restrição de uso e ocupação do solo que contribui para o desenvolvimento e qualidade de vida da população. Entretanto, o ICMS Ecológico é um repasse financeiro que beneficia o município a partir dos investimentos/gastos realizados pelos gestores públicos. Portanto, o tributo só contribuirá economicamente para o município, caso seja de interesse e aplicação pública, o que poderia ocorrer com os investimentos no turismo, no transporte e infraestrutura do município.

Considerando que a Unidade de Conservação tem potencial para explorar o turismo ecológico, através dos passeios guiados, trilhas, praças de alimentação, entrada, acampamento, entre outras atividades; na geração de empregos diretos e indiretos, como monitores ambientais, guias turísticos e de pesquisa, agentes de parque, viveiristas, guarda-parques, na formação de profissionais, como educadores ambientais, artesãos, técnicos em processos de reciclagem de materiais; é favorável para a população e para o meio ambiente, que Marliéria e o parque – através de receitas próprias: municipal e estadual – invistam nessas ações que possibilitarão a geração de renda para a população e desenvolvimento econômico para o município, , assim a população reconhecerá e incentivará cada vez mais os investimentos na UC, tornando-os também mais aliados e estimulados à conservação ambiental, e minimizando a vulnerabilidade do parque no que tange aos interesses de ocupação do solo com indústrias e/ou grande centro comercial. Sendo portanto, bom para a população, para o parque e para o município.

É importante estreitar a relação da população com o parque, valendo-se da visão dos mesmos de que o parque é bom para o município e oportuno para o desenvolvimento, pois mesmo que os conflitos de interesse em torno do uso e ocupação do uso existam de forma introvertida – decorrente também do perfil econômico da população e constituição histórica do município -, eles estão presentes e colocam em risco a hegemonia de pensamento em relação as vantagens geradas pelo parque. Além disso, esse estreitamento é facilitado pelo fato dos benefícios econômicos e não econômicos do parque serem reconhecidos e preencherem boa parte dos requisitos ditos pela população como essenciais para o desenvolvimento e a qualidade de vida.

A atenção depreendida tanto a Marliéria quanto ao PERD, pelos gestores públicos e ambientais, necessita atender os anseios da população, particularmente no que diz respeito à demanda de empregos e a preservação da Unidade de Conservação. Para uma efetiva gestão territorial, as estratégias devem ser construídas a partir da articulação de necessidades e recursos existentes (SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK, 2012), daí a importância dos investimentos que prismam pela exploração econômica do PERD, baseados no conservadorismo.

A busca por uma relação homem-natureza pautada em uma racionalidade ecológica e em uma cultura ambiental que medie os processos econômicos e ecológicos (LEFF, 2009) pode otimizar a contribuição do PERD para o município de Marliéria. Essa racionalidade parte de incentivos/investimentos sociais, ambientais e também econômicos, para que a população não se sinta prejudicada por ter uma Unidade de Conservação em seu território.

Conciliar conservação e qualidade de vida é essencial para manter a relação positiva com o parque, considerando o desenvolvimento em sua formulação mais ampla.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio B. A; GUTIERREZ, Gustavo L.; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida:** definição, conceitos e interfaces em outras áreas de pesquisa. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. (EACH/USP), São Paulo, 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Município.** Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marlieria_mg/ Acesso em 07 de nov. 2017.

BRASIL. Governo do Estado de Minas Gerais. **Decreto-Lei n° 32.771:** 1991. Belo Horizonte, 1991. (Revogada)

BRASIL. Governo do Estado de Minas Gerais. **Lei n° 12.040:**1995. Belo Horizonte, 1995. (Revogada)

BRASIL. Governo do Estado de Minas Gerais. Robin Hood. **Lei n° 18.030:** 2009. Belo Horizonte, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Parcelamento do Solo Urbano. **Lei n° 6.766:** 1979. Brasília, 1979.

BRASIL. Presidência da República. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei n° 9985:** 2000. Brasília, 2000.

CAMARGO, Anna L. M. M. et. al. **A Proteção do Meio Ambiente pelo Direito Tributário:** considerações sobre o ICMS Ecológico. II Congresso de Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade. Centro Universitário de Brusque, Santa Catarina, 2012.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis.** Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos/> Acesso em 07 de nov. 2018.

CORREA, Sônia M. B. B. **Probabilidade e Estatística.** 2° edição. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

CUSTÓDIO, Vanderli. Da Questão Ambiental à Unanimidade do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Paisagem Ambiental:** ensaios, n° 28, p.79-94, 2011.

DALY, Herman E. Crescimento Sustentável? Não, Obrigado. **Revista Ambiente e Sociedade,** v. 7, n. 2, p. 197-201, jul./dez.2004.

DIEGUES, Antônio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocável.** Editora Hucitec, sexta edição. São Paulo, 2008.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** Argentina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

EUCLYDES, Ana C. P. Contradições da Política Ambiental por meio de Incentivos Financeiros: Os Casos do ICMS Ecológico e da CFEM nos municípios do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil). **Revista Árvore**, v.37, n.6, p.1083-1092, novembro/dezembro, 2013.

FERREIRA, Gustavo H. C. **A regularização fundiária no Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: da baioneta à ponta da caneta.** 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FREITAS, Henrique. et al. O método de Pesquisa Survey. **Revista de Administração**, v. 35, n.3, p. 105-112, set. 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Lei Robin Hood.** Disponível em:< <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/> > Acesso em: 07 de nov. 2017.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6º edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogeri_o_HAESBAERT.pdf> Acesso em: 05 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: **Marliéria.** Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/marlieria/panorama>> Acesso em: 07 de nov. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Fauna Brasileira. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira>> Acesso em 10 de ago. 2018.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Áreas Protegidas.** Disponível em: < <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas>> Acesso: 13 de jun. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Parques Estaduais.** Disponível em: < <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/parques-estaduais>> Acesso em: 05 de out. 2017.

KLINK, Carlos A. O Papel da Pesquisa Ecológica na Gestão Ambiental e Manejo dos Ecossistemas. In: MARCEL, Burszty (Org.). **A difícil Sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., p. 77-84, 2001.

LAMOUNIER, Karla C. C. **Território, Conflito e Regulação:** o Parque Estadual do Rio Doce entre a conservação e o desenvolvimento. 2017. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território. Universidade Vale do Rio Doce, 2017.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

LOUREIRO, Wilson. **Contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná.** Tese (Programa de Pós- Graduação em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

MELO, Deyse L. M. **O Parque Estadual do Rio Doce/MG e a qualidade de vida da população de seu entorno.** 2001. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Economia Doméstica, da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Protegidas>Unidades de Conservação>Plano de Manejo.** Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>> Acesso em 16 de ago. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional:** ações prioritárias. 2º ed. Brasília, 2006.

MOREIRA, S. **Parque Florestal Estadual do Rio Doce:** um pouco de sua história. Apostila datilografada não publicada. 48p, 1986.

MOTA, Carlos R. As Principais Teorias e Práticas do Desenvolvimento. In: MARCEL, Bursztyn (Org.). **A Difícil Sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., p. 27-40, 2001.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Sobre a ONU.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>> Acesso em 16 de ago. 2018.

NAHAS, Markus. V.; BARROS, Mauro. V. G.; FRANCALACCI, Vanessa. L. O Pentágono do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 5, n. 2, 48-59, 2001.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos da Ecologia.** 6º edição. Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OLIVEIRA, Gilson B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v.5, n. 2, p. 37-48, mai. /ago., 2002.

OLIVEIRA, Paulo T. S. de. Geoprocessamento como ferramenta no licenciamento ambiental de postos de combustíveis. **Revista Sociedade e Natureza**, v. 20, n. 1, p. 87-99, 2008.

OMS. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and medicine**, v.41, n.10, p.403-409, 1995.

PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE. **Página oficial.** Disponível em: <https://www.facebook.com/ParqueEstadualdoRioDoce/>> Acesso em: 03 de fev. 2018.

PIRES. Éderson. **ICMS Ecológico- Aspectos Pontuais -Legislação Comparada.** Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26943-26945-1-PB.pdf>> Acesso em: 10 de out. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARLIÉRIA. **Histórico do município**. Disponível em: <<http://www.marlieria.mg.gov.br/conteudo/historia.asp>> Acesso em: 05 de out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARLIÉRIA. Plano Participativo do município de Marliéria. **Lei Complementar n ° 1.101**: 2017. Marliéria, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMALHO, Leila V. S.; PASSOS, Rosana M. B. **A Eficácia do ICMS Ecológico como Instrumento de Política Ambiental e o dever do Estado quanto à sua efetivação**. Disponível em: <http://anape.org.br/site/wp-content/uploads/2014/01/006_090_Leila_von_Shsten_Ramalho_22072009-17h09m.pdf>

RATZEL, Friedrich. **O Solo, a Sociedade e o Estado**. 1982. Disponível em:<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=O+SOLO%2C+A+SOCIEDADE+E+O+ESTADO&btnG=>> Acesso em: 07 nov. 2017.

SCHEUNEMANN, Ingelore; OOSTERBEEK, Luiz. **Gestão Integrada do Território**. Sindicato Nacional dos Editores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBIO, 2012.

SILVA, Claudinei H. da. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): agricultura familiar e mineração de bauxita**. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) –Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

SILVA, Danielle W. et al. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia Brasileira. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.38, p. 557-577, ago. 2016.

SILVA, Josilene H.; MAIA, Fabiana B. A. O Turismo no Parque Nacional de Catimbau. *Revista Eletrônica: Turismo, Visão e Ação*, v. 10, n. 02, p. 204-220, maio/agosto, 2008.

SILVA JÚNIOR, Luiz H.; PEDROSA, Beatriz M. J. ; SILVA, Márcio F. de. Avaliação dos Impactos do ICMS Socioambiental na Criação de Unidades de Conservação e Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos para Pernambuco: Uma análise a partir do método Diferenças – em – Diferenças. **Rev. Econ. NE**, v. 44, n. 2, p. 559-574, abril/junho, 2012.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Nossas Causas>Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/nossas-causas/mata-atlantica/>> Acesso em 10 de ago. 2018.

SPOSATI, Aldaíza. Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Cidadet.pdf>> Acesso em 16 de ago. 2018.

TEEB PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS LOCAIS E REGIONAIS. **A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade**, 2010.

VALE, Ana L. F.; SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli A. dos. O Território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 11-26, abr./jun. 2005.

YOUNG, Carlos. E. F; MEDEIROS, Rodrigo. **Quanto vale o verde**: a importância econômica das Unidades de Conservação. Editora: Conservação Internacional (CI- Brasil), 2018.

ANEXO 01

EIXO	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EIXO	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<u>GOVERNANÇA</u>	Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.	Continuar a desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para cidades e regiões sustentáveis.	<u>BENS NATURAIS COMUNS</u>	Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.	Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis.
		Fomentar a capacidade de participação e de ação para o desenvolvimento sustentável tanto nas comunidades como nas administrações locais e regionais.			Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.
		Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva – em conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação.			Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos.
		Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários.			Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis.

<u>EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DA PAZ</u>	Promover comunidades inclusivas e solidárias.	Desenvolver e implementar programas para prevenir e superar a condição de pobreza.	<u>GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE</u>	Implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação	Reforçar os processos de Agenda 21 e outros que visam ao desenvolvimento sustentável local e regional e integrá-los, de forma plena, ao funcionamento da administração em todos os níveis.
		Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à internet.			Realizar uma gestão integrada e eficiente para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução sobre o Ambiente Urbano e seus entornos.
		Promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual.			Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos da Plataforma Cidades Sustentáveis, bem como um programa de monitoramento destes Compromissos.
		Aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz.			Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão nos níveis urbano e regional, assim como uma política de gestão de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.
		Garantir o direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade.			Garantir a transparência administrativa e envolver atores diversos para monitorar e avaliar o desempenho da gestão, tendo em vista o alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas.

<u>PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO</u>	Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.	Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas	<u>CULTURA PARA SUSTENTABILIDADE</u>	Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.	Trabalhar para a formulação de parâmetros culturais (referências conceituais e metodológicas para as políticas públicas de cada ação ou equipamento). Construir amplo diálogo social para desenvolver conceitos e práticas que religuem o ser humano à natureza, buscando incrementar a cultura do humanismo com os preceitos da sustentabilidade.
		Evitar a expansão urbana no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, com a recuperação dos ambientes urbanos degradados, assegurando densidades urbanas apropriadas.			Promover a gestão participativa, envolvendo comunidade, profissionais da área cultural e gestores públicos.
		Assegurar a compatibilidade de usos do solo nas áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, transportes, habitação e equipamentos socioculturais e esportivos, dando prioridade ao adensamento residencial nos centros das cidades.			Garantir o amplo acesso aos espaços culturais existentes, promovendo múltiplos usos junto à população local, assim como disseminá-los para regiões que ainda não os possuem.
		Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano.			Fomentar a criação e a produção cultural nas comunidades, observando sempre o valor das tradições culturais populares.
		Adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis, respeitando e considerando os recursos e fenômenos naturais no planejamento.			Estabelecer acesso gratuito ou a preços simbólicos nos equipamentos e espaços culturais públicos.
					Promover a cultura da sustentabilidade como área de integração entre os diversos setores da administração municipal.

<p align="center"><u>EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA</u></p>	<p>Integrar na educação formal e não formal, dos valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.</p>	<p>Prover a todos, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional.</p>	<p align="center"><u>ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL.</u></p>	<p>Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.</p>	<p>Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local, o trabalho decente, a contratação de aprendizes e a formação de empresas.</p>
		<p>Garantir a implementação do tema da sustentabilidade de forma transversal nos currículos e propostas pedagógicas.</p>			<p>Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar a responsabilidade social empresarial.</p>
		<p>Incentivar o papel dos meios de comunicação de massa na conscientização sobre os desafios socioambientais e sobre as mudanças culturais necessárias à sustentabilidade.</p>			<p>Desenvolver e implementar princípios e indicadores de sustentabilidade para as empresas, desde a localização mais apropriada para cada uma, passando por seus processos e produtos, até a sustentabilidade das cadeias produtivas que integram.</p>
		<p>Reconhecer a importância da educação ética, baseada em valores, para uma condição de vida sustentável.</p>			<p>Promover o mercado de produções criativas locais.</p>
		<p>Garantir a universalização e a qualidade do ensino em todos os níveis, assegurando a participação da comunidade na gestão escolar.</p>			<p>Implementar o turismo local sustentável.</p>
		<p>Prover a todos o ensino do esporte educacional, como maneira de se promover a autoestima, o desenvolvimento pessoal, o trabalho em equipe, o respeito à diversidade e a promoção da saúde.</p>			

<u>CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA</u>	Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis	Evitar e reduzir os resíduos, aumentar a reutilização e a reciclagem com a inclusão social das cooperativas de catadores e recicladores.	<u>MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO.</u>	Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.	Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transportes coletivos acessíveis a todos, a preços módicos.
		Gerir e tratar os resíduos de acordo com técnicas e modelos sustentáveis.			Aumentar a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta.
		Evitar desperdícios de energia, melhorar a eficiência energética e incentivar a autossuficiência.			Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas.
		Adotar uma política rigorosa de compras públicas sustentáveis.			Acelerar a transição para veículos menos poluentes.
		Promover ativamente a produção e o consumo sustentáveis, incentivando e regulamentando cadeias produtivas com certificações, rótulos ambientais, produtos orgânicos, éticos e de comércio justo.			Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.
					Desenvolver de forma participativa um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.

<u>ACÃO LOCAL PARA A SAÚDE</u>	Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos	Disseminar informações no sentido de melhorar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os fatores essenciais para uma vida saudável, muitos dos quais se situam fora do setor restrito da saúde	<u>DO LOCAL PARA O GLOBAL</u>	Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.	Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhar para atingir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito estufa.
		Promover o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades, garantindo ações integradas para a promoção da saúde pública.			Integrar a política de proteção climática nas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas.
		Garantir a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de indicadores sobre o progresso na redução das disparidades.			Disseminar informações sobre as causas e os impactos prováveis das alterações climáticas, e promover medidas socioambientais de prevenção.
		Promover estudos de avaliação da saúde pública, a gestão participativa e o controle social sobre o sistema de saúde.			Reduzir o impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental.
		Determinar que os urbanistas integrem condicionantes de saúde nas estratégias de planejamento e desenho urbano.			Reforçar a cooperação regional, nacional e internacional de cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais e regionais, comunidades e demais atores relevantes.
		Promover a prática de atividades físicas - individuais e coletivas - que busquem enfatizar os valores de uma vida saudável.			

Anexo 01: Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis.

Fonte: Cidades Sustentáveis, 2018.

CRITÉRIOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
VAF	14.916,68	14.327,20	13.170,80	14.881,30	14.832,28	19.457,31	15.288,90	15.376,73	15.837,03	17.285,83	16.549,04	17.739,23	189.662,33
Área Geográfica	5.403,60	5.178,95	4.760,94	5.379,25	5.361,54	7.033,38	5.524,98	5.556,62	5.722,97	6.246,52	5.980,27	6.410,35	68.559,37
População	3.179,64	3.046,78	2.800,87	3.164,62	3.154,20	4.137,74	3.250,35	3.268,97	3.366,83	3.674,84	3.518,20	3.771,22	40.334,26
Produção de Alimentos	5.251,29	5.049,00	4.641,48	5.244,27	5.227,00	6.856,89	1.786,49	1.576,00	1.623,18	1.771,67	1.696,15	1.818,13	42.541,55
Patrimônio Cultural	10.423,06	10.058,47	9.246,62	10.447,49	10.413,09	13.660,10	10.730,53	10.791,98	11.115,07	12.131,89	11.614,77	12.450,07	133.083,14
UC (A)	120.412,16	115.400,10	106.085,81	119.808,58	119.410,33	156.644,98	130.400,63	131.598,11	135.537,80	147.752,45	141.435,90	151.607,58	1.576.094,43
Saneamento (B)	9.173,64	9.077,04	8.344,40	9.600,73	9.580,64	12.568,08	16.934,39	17.464,37	17.987,20	1.872,46	-	-	112.602,95
Mata Seca (C)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	129.585,80	124.477,14	114.430,21	129.409,31	128.990,97	169.213,06	147.335,02	149.062,48	153.525,00	149.624,91	141.435,90	151.607,58	1.688.697,38
Programa Saúde da Família	2.667,55	2.603,29	1.287,24	2.667,05	2.713,13	3.568,45	2.828,23	2.783,99	2.862,66	3.052,33	2.867,69	3.050,86	32.952,47
Saúde per capita	8.682,57	8.340,79	7.667,58	8.663,38	8.634,84	11.327,37	8.898,08	8.949,04	9.216,95	10.060,13	9.631,32	10.323,97	110.396,02
Receita Própria	8.498,40	8.179,48	7.522,32	8.499,50	8.467,85	11.108,31	8.726,00	8.775,97	9.038,70	9.865,57	9.445,06	10.124,32	108.251,48
Cota Mínima	37.608,16	36.044,67	33.135,39	37.438,73	37.315,43	48.951,16	38.452,99	38.673,21	39.830,98	43.474,78	41.621,68	44.614,99	477.162,17
Penitenciárias	34,26	33,9	31,16	35,21	35,09	46,03	36,16	36,37	37,46	40,88	39,14	41,95	447,61
Turismo	123,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123,77
ICMS solidário	5.333,26	5.112,10	4.699,48	5.305,58	5.287,83	6.936,68	5.449,03	5.480,24	5.644,30	6.160,65	5.898,05	6.322,22	67.629,42
TOTAL	231.708,04	222.451,77	203.394,09	231.135,69	230.433,24	302.296,48	248.306,76	250.331,60	257.821,13	263.390,00	250.297,27	268.274,90	2.959.840,97

Anexo 02: Critérios para repasse do ICMS em Marliéria no ano de 2013.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

CRITÉRIOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
VAF	16.103,33	15.319,86	13.375,85	14.756,47	14.496,64	14.692,98	15.214,27	14.877,03	16.112,56	15.833,74	16.558,44	16.077,36	183.418,53
Área Geográfica	6.285,78	6.038,50	5.272,18	5.816,35	5.713,96	5.791,34	5.996,81	5.863,89	6.350,87	6.240,96	6.526,63	6.336,99	72.234,26
População	3.672,56	3.525,13	3.077,77	3.395,44	3.335,67	3.380,84	3.500,79	3.423,20	3.707,48	3.643,32	3.810,09	3.699,38	42.171,67
Produção de Alimentos	5.612,75	5.836,65	5.095,94	5.621,92	5.522,95	5.597,74	13.051,69	13.629,56	14.761,45	14.506,01	15.169,98	14.729,19	119.135,83
Patrimônio Cultural	1.316,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.316,42
UC (A)	148.468,43	142.605,33	124.507,86	137.369,66	134.952,30	136.779,97	129.022,75	124.655,81	134.994,06	132.612,74	138.679,95	134.650,38	1.619.299,24
Saneamento (B)	8.825,74	9.503,29	8.297,27	8.893,01	8.713,01	8.831,01	14.617,61	14.947,79	16.189,15	909,72	-	-	99.727,60
Mata Seca (C)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	157.294,17	152.108,62	132.805,13	146.262,67	143.665,31	145.610,98	143.640,36	139.603,60	151.183,21	133.522,46	138.679,95	134.650,38	1.719.026,84
Programa Saúde da Família	2.997,34	2.876,09	2.521,42	2.744,94	2.681,83	2.700,41	2.752,10	2.648,16	2.831,71	2.748,16	2.824,93	2.729,30	33.056,39
Saúde per capita	8.489,21	7.965,51	6.954,64	7.672,46	7.537,39	7.639,47	7.910,51	7.735,17	8.377,55	8.232,58	8.609,40	8.359,24	95.483,13
Receita Própria	6.915,87	6.294,12	5.495,36	6.062,56	5.955,83	6.036,49	6.250,66	6.112,11	6.619,70	6.505,15	6.802,90	6.605,23	75.655,98
Cota Mínima	43.748,05	42.027,02	36.693,54	40.480,85	39.768,20	40.306,79	41.736,82	41.736,82	44.201,00	43.436,10	45.424,27	44.104,39	503.663,85
Penitenciárias	4,44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,44
ICMS solidário	6.149,77	5.902,08	5.153,07	5.684,94	5.584,86	5.660,50	5.867,01	5.737,65	6.214,14	6.106,60	6.386,12	6.200,56	70.647,30
TOTAL	258.589,69	247.893,58	216.444,90	238.498,60	234.262,64	237.417,54	245.921,02	240.442,09	260.359,67	240.775,08	250.792,71	243.492,02	2.914.889,54

Anexo 03: Critérios para repasse do ICMS em Marliéria no ano de 2014.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

CRITÉRIOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
VAF	15.869,42	14.834,33	15.099,49	15.620,77	15.453,88	15.940,05	15.297,75	15.835,16	16.589,58	16.046,67	16.497,29	17.609,23	190.693,62
Área Geográfica	5.930,39	5.529,61	5.628,45	5.822,74	5.760,54	5.941,75	5.702,35	5.902,66	6.186,13	5.983,89	6.151,92	6.566,58	71.107,01
População	3.440,41	3.206,92	3.264,24	3.376,92	3.340,85	3.445,94	3.307,10	3.423,27	3.587,67	3.470,38	3.567,83	3.808,31	41.239,84
Produção de Alimentos	3.754,97	3.045,37	3.099,81	3.206,81	3.172,56	3.272,36	3.698,56	3.856,04	4.041,23	3.909,11	4.018,88	4.289,76	43.365,46
Patrimônio Cultural	7.309,88	7.148,11	7.275,88	7.527,04	7.446,63	7.680,88	7.371,41	7.630,35	7.996,80	7.735,36	7.952,58	8.488,60	91.563,52
UC (A)	139.986,62	131.161,28	133.505,76	137.974,96	136.494,29	140.788,05	133.355,29	137.952,80	144.578,07	141.833,48	145.937,76	156.054,57	1.679.622,93
Saneamento (B)	9.047,10	8.846,88	9.005,01	9.160,60	9.055,27	9.340,12	408,14	-	-	-	-	-	54.863,12
Mata Seca (C)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	149.033,72	140.008,16	142.510,77	147.135,56	145.549,56	150.128,17	133.763,43	137.952,80	144.578,07	141.833,48	145.937,76	156.054,57	1.734.486,05
Programa Saúde da Família	2.561,66	2.400,90	2.452,10	2.545,23	2.536,15	2.592,84	2.490,77	2.560,64	2.659,65	2.573,67	2.598,58	2.770,81	30.743,00
Saúde per capita	8.767,82	8.218,22	8.365,12	8.653,88	8.561,44	8.830,76	8.474,95	8.772,66	9.193,97	8.893,39	9.143,12	9.759,39	105.634,72
Receita Própria	6.369,60	5.947,69	6.054,00	6.262,98	6.196,08	6.390,99	6.133,49	6.348,94	6.653,85	6.436,32	6.617,06	7.063,06	76.474,06
Cota Mínima	41.274,58	38.485,17	39.173,08	40.525,33	40.092,41	41.353,61	39.687,41	41.081,53	43.054,49	41.646,90	42.816,40	45.702,33	494.893,24
ICMS solidário	5.763,45	5.372,16	5.468,19	5.656,95	5.596,52	5.772,57	5.772,57	5.731,49	6.006,75	5.810,37	5.973,53	6.376,16	69.065,27
TOTAL	250.075,90	234.196,64	238.391,13	246.334,21	243.706,62	251.349,92	231.464,35	239.095,54	250.548,20	244.339,54	251.274,95	268.488,80	2.949.265,80

Anexo 04: Critérios para repasse do ICMS em Marliéria no ano de 2015.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

CRITÉRIOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABRI.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
VAF	15.787,35	14.198,41	15.752,28	15.797,57	16.190,26	15.819,90	16.066,70	16.450,36	16.639,75	16.602,78	17.041,63	17.385,32	193.732,31
Área Geográfica	6.285,95	5.671,04	6.302,40	6.321,53	6.478,67	6.319,23	6.417,25	6.570,50	6.646,14	6.631,38	6.806,66	6.943,91	77.394,66
População	3.623,86	3.268,45	3.632,34	3.643,36	3.733,93	3.642,04	3.698,53	3.786,85	3.830,45	3.821,94	3.922,96	4.002,07	44.606,78
Produção de Alimentos	3.735,44	3.354,57	3.728,04	3.739,36	3.832,31	3.738,00	2.951,35	2.960,59	2.994,67	2.988,02	3.067,00	3.128,84	40.218,19
Patrimônio Cultural	8.463,91	7.650,02	8.501,71	8.527,52	8.739,49	8.524,41	8.656,64	8.863,36	8.965,41	8.945,49	9.181,94	9.367,09	104.386,99
UC (A)	148.731,98	134.154,02	149.089,66	149.542,13	153.259,43	149.487,70	148.416,86	151.715,33	153.462,00	155.522,76	159.895,31	163.119,55	1.816.396,73
Saneamento (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mata Seca (C)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	148.731,98	134.154,02	149.089,66	149.542,13	153.259,43	149.487,70	148.416,86	151.715,33	153.462,00	155.522,76	159.895,31	163.119,55	1.816.396,73
Programa Saúde da Família	2.664,95	2.405,22	2.677,35	2.683,86	2.769,80	2.667,75	2.662,73	2.723,07	2.754,42	2.732,66	2.803,19	2.848,42	32.393,42
Saúde per capita	11.747,03	10.698,05	11.889,08	11.925,17	12.221,60	11.920,82	12.105,74	12.394,83	12.537,53	12.509,67	12.840,33	13.099,25	145.889,10
Receita Própria	7.979,39	7.249,55	8.056,66	8.081,11	8.281,99	8.078,17	8.203,48	8.399,38	8.496,08	8.477,20	8.701,28	8.876,73	98.881,02
Cota Mínima	43.749,20	39.469,50	43.863,71	43.996,79	45.090,50	43.980,82	44.663,04	45.729,60	46.256,08	46.153,31	47.373,26	48.328,52	538.654,33
ICMS solidário	6.080,19	5.484,42	6.095,01	6.113,51	6.265,48	6.111,29	6.206,08	6.354,29	6.427,44	6.410,01	6.579,10	6.711,76	74.838,58
Compensação Financeira	-	-	-	-1.377,85	509,89	-	18	18	18	18	18,02	-	-777,94
TOTAL	258.849,25	233.603,25	259.588,24	258.994,06	267.373,35	260.290,13	260.066,40	265.966,16	269.027,97	270.813,22	278.230,67	283.811,46	3.166.614,16

Anexo 05: Critérios para repasse do ICMS em Marliéria no ano de 2016.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

CRITÉRIOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
VAF	17.028,54	14.395,04	15.673,53	16.209,02	16.636,42	16.278,16	14.022,41	15.746,49	21.262,33	18.488,75	17.982,85	20.465,54	204.189,08
Área Geográfica	7.096,16	6.016,18	6.550,50	6.774,30	6.751,54	6.803,21	5.860,44	6.580,99	8.886,27	7.727,10	7.515,65	8.553,26	85.115,60
População	4.067,29	3.446,99	3.753,14	3.881,36	3.904,45	3.897,93	3.357,77	3.770,61	5.091,43	4.427,27	4.306,13	4.900,63	48.805,00
Produção de Alimentos	3.442,28	2.932,29	3.192,72	3.301,80	4.890,37	3.315,90	3.179,80	3.597,80	4.858,08	4.224,37	4.108,77	4.676,03	45.720,21
Patrimônio Cultural	8.643,33	7.275,13	7.921,27	8.191,90	4.127,38	8.226,86	7.086,81	7.958,14	10.745,82	9.344,08	9.088,39	10.343,13	98.952,24
UC (A)	166.621,92	141.259,05	153.804,88	158.887,59	158.894,49	159.555,06	137.370,84	154.254,61	208.288,81	183.592,76	179.014,25	203.728,92	2.005.273,18
Saneamento (B)	-	-	-	-	5.090,61	-	-	-	-	-	-	-	5.090,61
Mata Seca (C)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	166.621,92	141.259,05	153.804,88	158.887,59	163.985,10	159.555,06	137.370,84	154.254,61	208.288,81	183.592,76	179.014,25	203.728,92	2.010.363,79
Programa Saúde da Família	2.914,35	2.475,99	2.704,68	2.790,83	2.979,29	2.820,49	2.425,40	2.720,82	3.652,70	3.160,16	3.054,45	3.453,03	35.152,19
Saúde per capita	12.050,69	10.140,83	11.041,48	11.350,61	10.120,49	11.394,84	9.815,78	11.022,64	14.883,79	12.942,27	12.588,12	14.326,03	141.677,57
Receita Própria	9.983,80	8.516,13	9.272,49	9.589,29	8.311,15	9.251,09	7.951,98	8.929,68	12.057,68	10.484,82	10.197,91	11.605,83	116.151,85
Cota Mínima	49.388,13	41.871,61	45.590,41	47.148,02	46.989,64	47.349,25	40.787,75	45.802,66	61.846,97	53.779,34	52.307,70	59.529,30	592.390,78
ICMS solidário	6.871,91	5.826,79	6.337,96	6.564,15	6.568,93	6.592,62	5.684,62	6.384,01	8.620,28	7.492,20	7.286,53	8.292,51	82.522,51
Compensação Financeira	-	-	-	-	-1.503,62	1,83	-	-0,06	-	-	-	-	-1.501,85
TOTAL	288.108,40	244.156,03	265.843,06	274.688,88	273.761,14	275.487,24	237.543,60	266.768,39	360.194,16	315.663,12	307.450,76	349.874,21	3.459.538,99

Anexo 06: Critérios para repasse do ICMS em Marliéria no ano de 2017.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Opinião da população do entorno sobre a relação do Parque Estadual do Rio Doce com o desenvolvimento de seus municípios

Pesquisador: Mauro Augusto dos Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 82327417.7.0000.5157

Instituição Proponente: Fundação Percival Farquhar/ FPF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.573.682

Apresentação do Projeto:

ok

Objetivo da Pesquisa:

ok

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

ok

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

ok

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

ok

Recomendações:

ok

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

ok

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP, em reunião ordinária, acompanhou parecer do relator e decidiu que o parecer do projeto avaliado é APROVADO.

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000 - BI F1 - Sala 02
Bairro: Universitário CEP: 35.020-220
UF: MG Município: GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (11)1111-1111 Fax: (33)3279-5543 E-mail: cep@univale.br

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



Continuação do Parecer: 2.573.682

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1047640.pdf	05/12/2017 15:02:36		Aceito
Outros	Questionario.pdf	05/12/2017 14:55:41	Mauro Augusto dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/12/2017 14:54:23	Mauro Augusto dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	05/12/2017 14:53:51	Mauro Augusto dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAssinada.pdf	05/12/2017 14:51:45	Mauro Augusto dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:


Não

GOVERNADOR VALADARES, 02 de Abril de 2018

Assinado por:
Ivana Cristina Ferreira Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000 - BI F1 - Sala 02
Bairro: Universitário CEP: 35.020-220
UF: MG Município: GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (11)1111-1111 Fax: (33)3279-5543 E-mail: cep@univale.br

APÊNDICE 01

	Pesquisa: Entrave ou oportunidade para o desenvolvimento: qual a opinião da população do entorno sobre o PERD?
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

01) Número do questionário (Não preencher) 01. [__|__|__]

BLOCO A – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

02) Nome _____

03) Bairro/Distrito _____ 03. [__|__]

04) Situação de domicílio: 1. Rural 2. Urbano 04. [__]

05) Sexo
1. Masculino 2. Feminino 05. [__]

06) Qual é a sua idade? _____ anos 06. [__|__]

07) (Qual o seu estado civil?) Você é solteiro, casado...?

1. Solteiro	5. Divorciado	07. [__]
2. Casado	6. Viúvo	
3. União consensual	7. NS	
4. Separado	8. NQR	

08) (Qual a sua escolaridade?) Até que ano você estudou na escola?

00. Analfabeto (não sabe ler e escrever).	07. Ensino superior completo	
01. Sem instrução (nunca frequentou escola).	08. Especialização (lato sensu)	
02. Ensino fundamental incompleto	09. Mestrado	
03. Ensino fundamental completo	10. Doutorado	
04. Ensino médio incompleto	77. NS	
05. Ensino médio completo	88. NQR	
06. Ensino superior incompleto		08. [__ __]

09) Você nasceu em Marliéria?

1. Sim e sempre morou aqui (**VÁ PARA A QUESTÃO 13**)
 2. Sim, mas morou em outro município ou país estrangeiro (**VÁ PARA A QUESTÃO 11**)
 3. Não
 7. NS // 8. NQR 09. [__]

10) Em qual município você nasceu? (70. NS // 80. NQR // 90. NSA)

_____ 10. [__|__]

11) Há quanto tempo mora sem interrupção em Marliéria? (**SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO**)

_____ anos 11. [__|__]

12) Onde você morava antes de mudar-se para Marliéria? Em qual unidade da federação (estado) e município ou país estrangeiro? (**CASO PAÍS ESTRANGEIRO, ANOTAR SOMENTE O NOME DO PAÍS**)

12A. UF: _____ 12A. [__|__]

12B. Município _____
 _____ 12B. [__|__|__]

12C. País: _____ 12C. [__|__]

13) Você trabalha?

1. Sim (**VÁ PARA QUESTÃO 15**)
2. Não (**FAÇA A QUESTÃO 14 E VÁ PARA A 16**)
7. NS // 8. NQR

13. [__]

14) Qual é a sua principal fonte de renda? (**FAÇA ESTA QUESTÃO E VÁ PARA A 16**)

1. Aposentadoria ou pensão de instituto de previdência oficial (federal, estadual ou municipal)?
2. Programa Bolsa-Família
3. Rendimento de outros programas sociais ou de transferências
4. OUTRAS. Qual? _____

14. [__|__]

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

15) (Se a opção 1 na questão 13) Qual é a sua ocupação? (Caso tenha mais de uma, pedir para que destaque a que mais contribui com a sua renda)

15. [__|__|__]

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

BLOCO B – MARLIÉRIA / PERD

16) Você conhece ou já ouviu falar do PERD?

1. Sim (**VÁ PARA A QUESTÃO 17**)
2. Não
7. NS // 8. NQR

16. [__]

16.1) Você conhece ou já ouviu falar da Lagoa do Bispo? (Caso responda que sim, explicar que a Lagoa se encontra no PERD)

1. Sim
2. Não (**VÁ PARA A QUESTÃO 32**)
7. NS // 8. NQR

16.1 [__]

17) Você ou alguém da sua família já visitou o parque?

1. Sim
2. Não (**VÁ PARA A QUESTÃO 27**)
7. NS // 8. NQR // 9. NSA

17. [__]

18) Com qual frequência você ou sua família visitam o parque?

01. Todos os dias (Funcionário ou prestador de serviço)
02. Raramente
03. Menos de 1 vez por mês
04. Uma (1) vez por mês
05. Entre duas (2) e três vezes por mês
06. Mais de quatro (4) vezes por mês
07. OUTRA. Qual? _____

18. [__|__]

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

19) Você ou alguém da sua família já realizou alguma atividade de lazer no parque, como nadar, pescar, fazer caminhadas e piqueniques?

0. NÃO. (**VÁ PARA A QUESTÃO 21**)
1. SIM. Somente eu
2. SIM. Eu e minha família

19. [__]

3. SIM. Alguém da minha família
7. NS // 8. NQR (VÁ PARA A QUESTÃO 21)

Você ou alguém da sua família já _____ no parque?

(Ler cada questão e assinalar: 1. SIM e 2. Não) (7. NS // 8. NQR // 9. NSA). **Você Alguém da família**

19.1 Fez trilhas	19.1A []	19.1B []
19.2 Passeou de barco	19.2A []	19.2B []
19.3 Pescou	19.3A []	19.3B []
19.4 Fez ensaio fotográfico	19.4A []	19.4B []
19.5 Praticou esportes	19.5A []	19.5B []
19.6 Fez piqueniques	19.6A []	19.6B []
19.7 Comprou artigos temáticos na loja do PERD	19.7A []	19.7B []

20) Você ou alguém da sua família já utilizou o parque para outras atividades de lazer, além dessas que eu acabei de citar? Quais? (00. Não)

_____ 20.1. [] []

_____ 20.2. [] []

_____ 20.3. [] []

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

21) Você ou alguém de sua família já participou de alguma atividade educativa no parque, como participar de aulas, assistir documentários e palestras?

0. NÃO. (VÁ PARA A QUESTÃO 23)

1. SIM. Somente eu
2. SIM. Eu e minha família 21. []
3. SIM. Alguém da minha família
7. NS // 8. NQR (VÁ PARA A QUESTÃO 23)

Você ou alguém de sua família já _____ no parque?

(Ler cada questão e assinalar: 1. SIM e 2. Não) (7. NS // 8. NQR // 9. NSA)

	Você	Alguém da família
21.1 Assistiu aula	21.1A []	21.1B []
21.2 Assistiu a filmes ou documentários	21.2A []	21.2B []
21.3 Assistiu a palestras	21.3A []	21.3B []
21.4 Participou de algum treinamento	21.4A []	21.4B []
21.5 Participou de algum seminário	21.5A []	21.5B []
21.6 Trabalharam em pesquisa	21.6A []	21.6B []

22) Você ou alguém de sua família já participou de outra atividade educativa no parque, além dessas que eu acabei de citar? Quais? (00. Não)

_____ 22.1. [] []

_____ 22.2. [] []

_____ 22.3. [] []

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

23) Você ou alguém de sua família já participou de eventos culturais no parque como shows musicais, apresentação de peças de teatro, etc.?

0. NÃO. (VÁ PARA A QUESTÃO 25)

1. SIM. Somente eu
2. SIM. Eu e minha família 23. []
3. SIM. Alguém da minha família
7. NS // 8. NQR (VÁ PARA A QUESTÃO 25)

Você ou alguém de sua família já participou _____ no parque? **(Ler cada questão e assinalar: 1. SIM e 2. Não) (7. NS // 8. NQR // 9. NSA)**

	Você	Alguém da família
23.1 Da Romaria Ecológica	23.1A []	23.1B []
23.2 De celebração religiosa	23.2A []	23.2B []
23.3 De cavalgadas	23.3A []	23.3B []
23.4 De rodas de contação de histórias	23.4A []	23.4B []
23.5 Da feira de artesanato	23.5A []	23.5B []

24) Você ou alguém de sua família já participou de outros eventos culturais no parque, além dessas que eu acabei de citar? Quais? **(00. Não)**

_____ 24.1. [] []

_____ 24.2. [] []

_____ 24.3. [] []

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

25) Você ou alguém de sua família já participou de outras atividades promovidas pelo parque em outros locais de Marliéria, como praças e escolas?

0. NÃO. **(VÁ PARA A QUESTÃO 27)**

1. SIM. Somente eu

2. SIM. Eu e minha família

25. []

3. SIM. Alguém da minha família

7. NS // 8. NQR **(VÁ PARA A QUESTÃO 27)**

26) De quais atividades você ou alguém de sua família participaram?

_____ 26.1. [] []

_____ 26.2. [] []

_____ 26.3. [] []

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

27) Em sua opinião, o parque é bom para Marliéria?

1. Sim

2. Não **(VÁ PARA A QUESTÃO 29)**.

27. []

7. NS // 8. NQR

28) O que de bom o parque traz para Marliéria? Quais são as duas coisas principais?

01. Gera renda com as pousadas

02. Gera renda a partir do turismo ecológico

03. Artesanatos

04. Incentivos financeiros para conservação

05. É uma opção de lazer para os moradores

06. Possibilita o contato com a natureza

07. Possibilita contemplar a beleza cênica do parque

OUTROS

_____ 28.1. [] []

_____ 28.2. [] []

70. NS//80. NQR//90.NSA

29) Em sua opinião, o parque traz algum tipo de problema para Marliéria?

1. Sim

2. Não **(VÁ PARA A QUESTÃO 30)**.

29. []

7. NS // 8. NQR

30) Na sua opinião, quais são os dois principais problemas que o parque traz para Marliéria?

- 01. Impossibilita a instalação de indústrias no município
- 02. Dificulta a atividade do comércio local
- 03. Impede a ampliação do centro urbano
- 04. Facilita a proliferação de doenças
- 05. Representa um perigo devido à proximidade dos animais
- 06. Problemas com a movimentação constante de turistas
- OUTROS

_____ 30.1. [__|__]

_____ 30.2. [__|__]

70. NS//80. NQR//90.NSA

31) Em sua opinião, o parque gera empregos no município?

- 1. Sim
- 2. Não
- 7. NS // 8. NQR

31. [__]

31.A) Você sabia que pessoas que não são funcionários do parque – do IEF ou MGS – também ajudam a administrar o parque?

- 1. Sim
- 2. Não
- 7. NS // 8. NQR

31.A [__]

31.B) Você sabia que o parque possui um Conselho Consultivo?

- 1. Sim
- 2. Não (**VÁ PARA A QUESTÃO 32**)
- 7. NS // 8. NQR (**VÁ PARA A QUESTÃO 32**)

31.B [__]

31.C) Você ou alguém de sua família participa ou já participou do Conselho Consultivo do parque?

- 0. NÃO.
- 1. SIM. Somente eu
- 2. SIM. Eu e algum membro da família
- 3. SIM. Alguém da minha família
- 7. NS // 8. NQR // 9.NSA

31.C [__]

32) Você sabe o que é ou já ouviu falar sobre o ICMS Ecológico? (7. NS// 8. NQR//9. NSA)

- 1. SIM, sabe o que é
- 2. SIM, já ouviu falar
- 2. Não
- 7. NS // 8. NQR

32. [__]

33) Você sabe que Marliéria recebe incentivo financeiro (dinheiro) do Estado de Minas Gerais porque boa parte das terras do município está dentro do PERD e que recebe também por todas as áreas que são protegidas para preservar o ambiente.

- 1. Sim
- 2. Não (**VÁ PARA A QUESTÃO 35**).
- 7. NS // 8. NQR (**VÁ PARA A QUESTÃO 35**)

33. [__]

34) Pensando no valor (em dinheiro) que Marliéria recebe por ter parte de suas terras dentro da área do PERD e também pelas outras áreas que não podem ser desmatadas por estarem protegidas, considerando uma nota entre 1 e 5, que nota você daria para a importância desse valor para o município? **(MOSTRAR ANEXO I)**

34. [__]

1. Pouco Importante
2. Relativamente importante
3. Importante
4. Muito importante
5. Extremamente importante
7. NS // 8. NQR // 9. NSA

35) Em sua opinião, o parque contribui, atrapalha ou não interfere (não ajuda nem atrapalha) para o desenvolvimento de Marliéria?

1. Contribui para desenvolvimento
2. Atrapalha o desenvolvimento
3. Indiferente: não contribui e nem atrapalha **(VÁ PARA A QUESTÃO 37)**
7. NS. **(VÁ PARA A QUESTÃO 37)**
8. NQR. **(VÁ PARA A QUESTÃO 37)**

35. [__]

36) Por quê? Quais são os principais motivos do parque ajudar/atrapalhar (dependendo da resposta na 35) no desenvolvimento de Marliéria?

_____ 36.1 [__|__]

_____ 36.2 [__|__]

_____ 36.3 [__|__]

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

37) Em sua opinião, quais são as três coisas mais importantes que uma cidade deve ter para que os seus moradores tenham uma vida com qualidade, uma vida boa?

_____ 37.1 [__|__]

_____ 37.2 [__|__]

_____ 37.3 [__|__]

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

38) Você acha que falta alguma coisa para que Marliéria seja uma cidade desenvolvida?

1. Sim
2. Não **(VÁ PARA QUESTÃO 40)**
7. NS // 8. NQR

38. [__]

39) Quais são as duas principais coisas que faltam em Marliéria? **(Qual é a mais importante, a primeira? E a segunda?)**

_____ 39.1 [__|__|__]

_____ 39.2 [__|__|__]

70. NS // 80. NQR // 90. NSA

40) Levando em conta todas as fontes de renda (tais com salários, alugueis, aposentadorias ou outros benefícios, bicos, etc.) e considerando todas as pessoas que vivem nesta casa, qual é aproximadamente a renda total por mês? **(MOSTRAR ANEXO 2)**

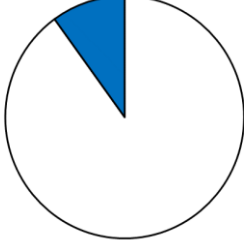
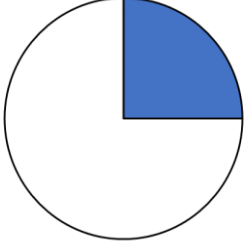
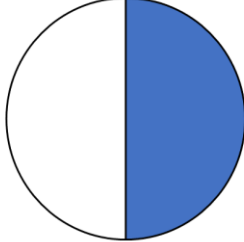
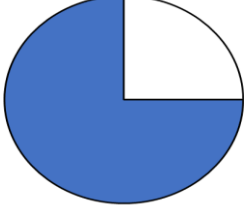
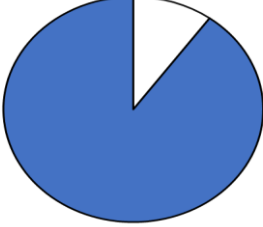
01. Menos de meio salário mínimo (menos de R\$501,35)
02. Entre meio e 1 salário mínimo (Entre R\$501,35 e R\$1.002,70)
03. Entre 1 e 2 salários mínimos (Entre R\$1.002,70 e R\$2.005,40)

- 04. Entre 2 e 3 salários mínimos (Entre R\$2.005,40 e R\$3.008,10).
- 05. Entre 3 e 4 salários mínimos (Entre R\$3.008,10 e R\$4.010,80)
- 06. Entre 4 e 5 salários mínimos (Entre R\$4.010,80 e R\$5.013,50)
- 07. Entre 5 e 10 salários mínimos (Entre R\$5.013,50 e R\$10.027,00)
- 08. Acima de 10 salários mínimos (Acima de R\$10.027,00)
- 77. NS
- 88. NQR

40. [____|____]

ANEXO 01 (QUESTÃO 34)

Representatividade do ICMS ecológico

<p>A PARTE ESCURA REPRESENTA O ICMS ECOLÓGICO</p>	<p>1. Pouco importante</p> 
<p>2. Relativamente importante</p> 	<p>3. Importante</p> 
<p>4. Muito importante</p> 	<p>5. Extremamente importante</p> 

ANEXO 02 (QUESTÃO 40)**Renda domiciliar**

01. Menos de meio salário mínimo (menos de R\$501,35)
02. Entre meio e 1 salário mínimo (Entre R\$501,35 e R\$1.002,70)
03. Entre 1 e 2 salários mínimos (Entre R\$1.002,70 e R\$2.005,40)
04. Entre 2 e 3 salários mínimos (Entre R\$2.005,40 e R\$3.008,10)
05. Entre 3 e 4 salários mínimos (Entre R\$3.008,10 e R\$4.010,80)
06. Entre 4 e 5 salários mínimos (Entre R\$4.010,80 e R\$5.013,50)
07. Entre 5 e 10 salários mínimos (Entre R\$5.013,50 e R\$10.027,00)
08. Acima de 10 salários mínimos (Acima de R\$10.027,00)

APÊNDICE 02

PESQUISA SOBRE A OPINIÃO DA POPULAÇÃO DO ENTORNO SOBRE A RELAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE COM O DESENVOLVIMENTO DE SEUS MUNICÍPIOS

Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – UNIVALE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

- Este termo de consentimento deve ser apresentado e explicado, pelo pesquisador, de maneira individual e em ambiente reservado, para o morador que irá responder ao questionário da pesquisa.
- O morador deve lê-lo e assiná-lo, também em maneira individual e em ambiente reservado.
- Caso a pessoa declare não saber ler, o pesquisador deve lê-lo e explicá-lo na íntegra. Nesse caso, deverá haver uma terceira pessoa presente durante a apresentação do termo de consentimento. Esta pessoa deverá assinar ou rubricar o termo.
- O termo assinado deverá ser entregue para o pesquisador. Uma cópia do consentimento deverá ser oferecida ao morador entrevistado.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo deste estudo é o de identificar se, diante das restrições de uso e ocupação do solo e do incentivo financeiro gerado pelo ICMS Ecológico para Marliéria, o Parque Estadual do Rio Doce representa para a população desse município uma oportunidade ou um entrave para o desenvolvimento local.

PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

As informações serão coletadas a partir de um questionário que será aplicado em lugar tranquilo e que assegure a confidencialidade das informações fornecidas pelo entrevistado.

O tempo gasto para a aplicação do questionário será em torno de trinta minutos, dependendo da extensão das respostas oferecidas pelo participante. Uma vez feito o contato com o morador e o consentimento dado, este poderá marcar a entrevista para a hora e dia que mais lhe aprouver, de forma a garantir segurança e ambiente individualizado. O entrevistado será estimulado a responder as questões que lhe forem feitas, mas terá liberdade para deixar de responder aquelas que não deseje.. Além disto, a entrevista também poderá ser interrompida em qualquer momento que o entrevistado quiser e sua continuação será remarçada para outro dia e horário que o participante decidir, se ele assim o desejar.

CONFIDENCIALIDADE

O questionário será aplicado a cada morador, individualmente, somente na presença do pesquisador e em local reservado. A entrevista é absolutamente voluntária. Se houver alguma questão que o entrevistado não queira responder, passar-se-á para a questão seguinte.

A entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento caso o entrevistado assim o decidir.

O entrevistado deverá ser informado de que todas as suas respostas serão registradas no questionário, e que serão garantidos anonimato e sigilo absoluto por parte dos pesquisadores. As respostas permanecerão confidenciais e nomes não serão associados a elas. Os questionários serão armazenados em local seguro e somente a equipe do projeto terá acesso a este material.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS.

O tempo de aplicação do questionário é relativamente longo e esse fato deverá ser colocado para o morador a ser entrevistado na apresentação do termo de consentimento.

Os riscos de que as informações coletadas sejam utilizadas para outros fins que não os da pesquisa, serão evitados pela adoção dos critérios de garantia de confidencialidade descritos acima.

O entrevistado não receberá nenhum tipo de benefício direto por responder ao questionário. Entretanto, estará contribuindo para a realização de uma pesquisa em uma área em que há poucos trabalhos científicos publicados.

DÚVIDAS – PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Qualquer dúvida poderá ser sanada no momento da entrevista, com o(a) pesquisador(a). Uma cópia do termo de consentimento deverá oferecida para ao entrevistado. Caso a dúvida persista ou caso o entrevistado demande confirmação sobre a seriedade do estudo e de suas intenções, os seguintes contatos deverão ser fornecidos:

Prof. MAURO AUGUSTO DOS SANTOS

Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE – Endereço: Av. Israel Pinheiro, 2000, sala 1, bloco PVA. Governador Valadares, MG. CEP: 35030-260.

Telefone. (33) 3279-5568

Celular. (31) 99308-9536

E-mail: mauro.santos@univale.br

Prof.^a RENATA BERNARDES FARIA CAMPOS

Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE – Endereço: Av. Israel Pinheiro, 2000, sala 1, bloco PVA, Governador Valadares, MG. CEP: 35030-260.

Telefone: (33) 3279-5568

Celular: (33) 99123-1800

E-mail: renata.campos@univale.br

Kênia Lima Dias

Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE – Endereço: Av. Israel Pinheiro, 2000, sala 1, bloco PVA- Governador Valadares, MG. CEP: 35030-260.

Telefone: (33) 3279-5568

Celular: (33) 98420-2480

E- mail: keniazayra03@hotmail.com

**PESQUISA SOBRE A OPINIÃO DA POPULAÇÃO DO ENTORNO SOBRE A
RELAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE COM O
DESENVOLVIMENTO DE SEUS MUNICÍPIOS**

Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – UNIVALE

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO
NA PESQUISA**

CONSENTIMENTO

Li todas as informações e tirei todas as dúvidas a respeito da pesquisa. Sei também que a minha participação é voluntária e que posso desistir da entrevista mesmo depois do início, sem que isto me traga qualquer prejuízo pessoal ou de qualquer ordem. Sei também que a minha participação não terá qualquer consequência para mim nas instituições envolvidas na pesquisa.

Por tudo isso, declaro que li este termo de consentimento e concordo em participar da pesquisa respondendo às perguntas do questionário que será aplicado.

Local: _____ Data: ____ / ____ / ____

Nome do participante: _____

Assinatura da participante: _____

Nome do pesquisador: _____

Assinatura da pesquisador: _____

Nome da testemunha: _____

(CASO SEJA NECESSÁRIO)

Assinatura da testemunha: _____

APÊNDICE 3
RESULTADOS DA PESQUISA

Conhece /ouviu falar do PERD?					
Válido		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	Sim	289	99,7%	99,7%	99,7%
	Não	1	0,3%	0,3%	0,3%
	Total	290	100%	100%	100%

Você ou alguém da sua família já visitou o parque?					
Válido		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	Sim	272	93,8%	94,1%	94,1%
	Não	16	5,5%	5,5%	99,7%
	Não sabe	1	0,3%	0,3%	100%
	Total	289	99,7%	100%	
Ausente	Não se aplica	1	0,3%		
	Total	290	100%		

Frequência que visitam o parque					
Válido		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	Todos os dias (funcionário ou prestador de serviço)	8	2,8%	2,8%	2,8%
	Raramente	220	75,9%	75,9%	78,6%
	Menos de uma (1) vez por mês	15	5,2%	5,2%	83,8%
	Uma (1) vez por mês	13	4,5%	4,5%	88,3%
	Entre duas (2) e três (3) vezes por mês	10	3,4%	3,4%	91,7%
	Mais de quatro (4) vezes por mês	5	1,7%	1,7%	93,4%
	Não sabe	1	0,3%	0,3%	93,8%
	Não se aplica	18	6,2%	6,2%	100%
	Total	290	100%	100%	

O Parque é Bom para Marliéria?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	266	91,7%	92,0%	92,0%
	Não sabe	13	4,5%	4,5%	96,5%
	Não	10	3,4%	3,5%	100,0%
	Total	289	99,7%	100,0%	
Ausente	Não se aplica	1	0,3%		
Total		290	100,0%		

Efeitos Positivos do PERD para Marliéria					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	É uma opção de lazer	73	25,2%	27,4%	27,4%
	Gera renda a partir do turismo ecológico	64	22,1%	24,0%	51,5%
	Incentivos financeiros para conservação	39	13,4%	14,7%	66,2%
	Conservação da natureza/preservação da fauna e flora	26	9,0%	9,8%	75,9%
	Possibilita contato com a natureza	23	7,9%	8,6%	84,6%
	Emprego	12	4,1%	4,5%	89,1%
	Não sabe	11	3,8%	4,1%	93,2%
	Gera renda com as pousadas	10	3,4%	3,8%	97,0%
	Artesanatos	4	1,4%	1,5%	98,5%
	Doação de mudas	1	0,3%	0,4%	98,9%
	Segurança	1	0,3%	0,4%	99,2%
	Festas	1	0,3%	0,4%	99,6%
	Romaria	1	0,3%	0,4%	100,0%
Total	266	91,7%	100,0%		
Ausente	Sistema	24	8,3%		
Total		290	100%		

O Parque traz problemas para Marliéria?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	34	11,7%	11,8%	11,8%
	Não	247	85,2%	85,5%	97,2%
	Não sabe	8	2,8%	2,8%	100,0%
	Total	289	99,7%	100,0%	
Ausente	Não se aplica	1	0,3%		
Total		290	100,0%		

Problemas gerados pelo PERD em Marliéria					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Impossibilita a instalação de indústrias no município	10	3,4%	29,4%	29,4%
	Fiscalização nas comunidades (Polícia Ambiental)	6	2,1%	17,6%	47,1%
	Representa um perigo devido à proximidade dos animais	5	1,7%	14,7%	61,8%
	Não sabe	5	170,0%	14,7%	76,5%
	Impede a ampliação do centro urbano	2	0,7%	5,9%	82,4%
	Facilita a proliferação de doenças	2	0,7%	5,9%	88,2%
	Caça e pesca ilegal	2	0,7%	5,9%	94,1%
	Desmate	1	0,3%	2,9%	97,1%
	Emprega pessoas de fora do município	1	0,3%	2,9%	100,0%
	Total	34	11,7%	100,0%	
Ausente	Sistema	256	88,3%		
Total		290	100%		

O Parque contribui/atrapalha/indiferente para o desenvolvimento de Marliéria?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Contribui para o desenvolvimento	179	61,7%	61,7%	61,7%
	Atrapalha o desenvolvimento	17	5,9%	5,9%	67,6%
	Indiferente: não contribui, nem atrapalha.	82	28,3%	28,3%	95,9%
	Não sabe	12	4,1%	4,1%	100,0%
	Total	290	100,0%	100,0%	

Motivos pelo quais o PERD contribui para o desenvolvimento de Marliéria					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	Estimula o turismo no município	44	24,6%	24,6%	24,6%
	Geração de Emprego	32	17,9%	17,9%	42,5%
	ICMS Ecológico	32	17,9%	17,9%	60,4%
	Não sabe	28	15,6%	15,6%	76%
	É uma opção de lazer	16	8,9%	8,9%	84,9%
	Ajuda a preservar o meio ambiente	15	8,4%	8,4%	93,3%
	Educação Ambiental	4	2,2%	2,2%	95,5%
	Mudas de plantas	2	1,1%	1,1%	96,6%
	Polícia/Segurança	2	1,1%	1,1%	97,7%
	Parceria com a Prefeitura	2	1,1%	1,1%	98,8%
	Eventos/Oficinas	1	0,6%	0,6%	99,4%
	Funcionários do PERD ajudam a população	1	0,6%	0,6%	100%
	Total	179			

Motivos pelo qual o PERD atrapalha do desenvolvimento					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Fiscalização	1	5,9%	5,9%	5,90%
	Não pode cortar nenhuma árvore	1	5,9%	5,9%	11,80%
	Impede o crescimento da cidade	8	47,0%	47,0%	58,80%
	Impede a instalação de indústrias e outros tipos de empresas	4	23,5%	23,5%	82,30%
	Impedimento para construir na zona de amortecimento	1	5,9%	5,9%	88,20%
	Outros motivos do PERD atrapalhar	1	5,9%	5,9%	94,10%
	Não sabe	1	5,9%	5,9%	100%
	Total	17	100,0%		

O Parque gera empregos para Marliéria?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	224	77,2%	77,5%	77,5%
	Não	50	17,2%	17,3%	94,8%
	Não sabe	15	5,2%	5,2%	100,0%
	Total	289	99,7%	100,0%	
Ausente	Não se aplica	1	0,3%		

Sabe ou já ouviu falar sobre o ICMS Ecológico?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim, sabe o que é.	67	23,1%	23,1%	23,1%
	Sim, já ouviu falar.	81	27,9%	27,9%	51,0%
	Não	142	49,0%	49,0%	100,0%
	Total	290	100,0%	100,0%	

Sabe que Marliéria recebe dinheiro por causa do PERD?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	194	66,9%	66,9%	66,9%
	Não	93	32,1%	32,1%	99,0%
	Não sabe	3	1,0%	1,0%	100,0%
	Total	290	100%	100,0%	

Importância do ICMS Ecológico para Marliéria					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Pouco importante	14	4,8%	7,2%	7,2%
	Relativamente importante	6	2,1%	3,1%	10,3%
	Importante	53	18,3%	27,3%	37,6%
	Muito importante	70	24,1%	36,1%	73,7%
	Extremamente importante	37	12,8%	19,1%	92,8%
	Não sabe	14	4,8%	7,2%	100,0%
	Total	194	66,9%	100,0%	
Ausente	Não se aplica	96	33,1%		
	Total	290	100,0%		

Garante Qualidade de Vida aos moradores de uma Cidade					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Boa estrutura de atendimento na Saúde	72	24,8%	24,8%	24,8%
	Investimento em Saneamento Básico	59	20,3%	24,8%	45,2%
	Mais oportunidade de emprego	58	20,0%	20,0%	65,2%
	Educação de qualidade	28	9,7%	9,7%	74,8%
	Segurança/Policiamento	18	6,2%	6,2%	81,0%
	Opções de lazer para a população	14	4,8%	4,8%	85,9%
	Um meio ambiente preservado	11	3,8%	3,8%	89,7%
	Infraestrutura de transporte	7	2,4%	2,4%	92,1%
	Prefeito bom/Boa administração	5	1,7%	1,7%	93,8%
	Não sabe	5	1,7%	1,7%	95,5%
	Sossego	3	1,0%	1,0%	96,6%
	Paz	3	1,0%	1,0%	97,6%
	Moradia	2	0,7%	0,7%	98,3%
	Comunicação/Telefonia	2	0,7%	0,7%	99,0%
	Respeito/Convivência harmoniosa	1	0,3%	0,3%	99,3%
	Ajudar as pessoas	1	0,3%	0,3%	99,7%
Viver Bem	1	0,3%	0,3%	100,0%	
Total	290	100%			

Falta algo para que Marliéria ser uma cidade desenvolvida?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	263	90,7%	90,7%	90,7%
	Não	22	7,6%	7,6%	98,3%
	Não sabe	5	1,7%	1,7%	100%
	Total	290	100,0%	100%	

Coisas que faltam em Marliéria					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Mais oportunidades de emprego	89	30,7%	33,8%	33,8%
	Gestão Pública boa	38	13,1%	14,4%	48,3%
	Aumentar o número de empresas no município	28	9,7%	10,6%	58,9%
	Investimento em Saneamento básico	20	6,9%	7,6%	66,5%
	Investimentos em educação	16	5,5%	6,1%	72,6%
	Melhorar a infraestrutura de transporte	14	4,8%	5,3%	77,9%
	Investimentos na saúde	12	4,1%	4,6%	82,5%
	Reforço na segurança/Policiamento	6	2,1%	2,3%	84,8%
	Não sabe	6	2,1%	2,3%	87,1%
	Investimento em turismo	6	2,1%	2,3%	89,4%
	Opções de lazer para a população	5	1,7%	1,9%	91,3%
	Emancipação de Cava Grande	4	1,4%	1,5%	92,8%
	Telefonia	3	1,0%	1,1%	93,9%
	Moradia	2	0,7%	0,8%	94,7%
	Igualdade	2	0,7%	0,8%	95,4%
	Iluminação pública	2	0,7%	0,8%	96,2%
	Melhor distribuição de renda	1	0,3%	0,4%	96,6%
	Responsabilidade dos cidadãos	1	0,3%	0,4%	97,0%
	Dinheiro	1	0,3%	0,4%	97,3%
	Apoio do Povo	1	0,3%	0,4%	97,7%
	União	1	0,3%	0,4%	98,1%
	Cartório	1	0,3%	0,4%	98,5%
	Tecnologia	1	0,3%	0,4%	98,9%
	Área para expansão	1	0,3%	0,4%	99,2%
	Incentivar a agricultura	1	0,3%	0,4%	99,6%
Distribuição de renda	1	0,3%	0,4%	100,0%	
	Total	263	90,7%	100,0%	
Ausente	Sistema	27	9,3%		
Total		290	100,0%		

